

Comissão Central de Pós-Graduação

CCPG



Ata

392ª Reunião Ordinária

09/03/2022

Auditório Faculdade de Engenharia Química (FEQ)

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA NONAGÉSIMA SEGUNDA (392ª) REUNIÃO DA COMISSÃO**
2 **CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO.** Ao nono dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e
3 dois, às nove horas, em sala Virtual do Google Meet, reuniu-se a Comissão Central de Pós-
4 Graduação (CCPG), sob a Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e com o
5 comparecimento dos seguintes Membros: Aline Damasceno Brancacci (Representante Discente
6 IE), Ariovaldo José da Silva (FEAGRI), Aurelio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC), Bárbara Geraldo
7 de Castro (IFCH), Cláudia Vianna Maurer Morelli (FCM), Douglas Fernandes Barbin (FEA),
8 Elayne Rohem Peçanha (Representante Discente IQ), Enelton Fagnani (FT), Heloísa Helena
9 Pimenta Rocha (FE), Isabela Martins Bonafé (Representante Discente FCM), Karina Gonzalez
10 Silvério Ruiz (FOP), Luiz Fernando Bittencourt (IC), Marcelo Lancelotti (FCF), Marcos Julio Rider
11 Flores (FEEC), Maria Helena de Melo Lima (FENF), Marko Synesio Alves Monteiro (IG), Mauro
12 Cardoso Simões (FCA), Orlando Luis Goulart Peres (IFGW), Orna Messer Levin (IEL), Renato
13 Barroso da Silva (FEF), Renato Vicentini dos Santos (IB), Rosângela Ballini (IE), Savio Souza
14 Venâncio Vianna (FEQ) e Tiago Zenker Gireli (FEC). Esteve presente Prof. Paulo Kühn
15 substituindo Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (CPG/IA). Justificaram ausência Prof. Nelson
16 Henrique Morgon (IQ), Sra. Iaci da Costa Jara (Representante Discente Titular IFCH) e Profa.
17 Altair Antoninha Del Bel Cury (Assessora PRPG). Estiveram presentes Sr. Fernandy Ewerardy de
18 Souza (Coordenador DAC), Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG), Sra. Marli Padovan de
19 Souza (Coordenadora de Serviços/Diretoria Administrativa e Financeira), Sra. Cristina Ferreira de
20 Souza (AT da PRPG) e Sra. Juliana Cristina Barandão (AT da CCPG). Havendo número legal, a
21 **Sra. Presidente** cumprimentou os presentes e disse que era uma satisfação estar na reunião
22 presencial com todos os presentes. Era muito bom tê-los presentes, podendo reagir diretamente,
23 e achava bom para a retomada. Deu início à reunião informando a substituição e justificativas de
24 ausência, destacando da Profa. Altair, que a estava substituindo numa Reunião da CAPES de
25 avaliação do PRINT. Disse que no expediente daria alguns informes sobre a reunião, que tinha
26 iniciado no dia anterior. Colocou em avaliação a Ata da Reunião de 1º de dezembro de 2021,
27 perguntando se existia alguma alteração para a ata. Não havendo manifestações, colocou em
28 votação a Ata com favoráveis permanecendo como estavam e contrários se manifestando e
29 abstenções, sendo aprovada com 2 (duas) abstenções. Iniciando a Ordem do Dia, pediu aos
30 presentes que quando alguém fosse falar, que se identificasse para facilitar a identificação para a
31 elaboração da ata. Informou que a mesa destacava o Item 1 e perguntou se alguém gostaria de
32 destacar algum item. Não havendo mais destaques, colocou em votação os itens não destacados
33 da Pauta, com favoráveis permanecendo como estavam e contrários se manifestando e
34 abstenções, sendo aprovados por unanimidade. **ORDEM DO DIA: ITEM 2. ACORDOS. a)**

1 **ACORDO COTUTELA ENTRE A UNICAMP (FCA) E A UNIVERSIDADE DE AVEIRO**
2 **(PORTUGAL) – SRA. LETÍCIA SANCHES CONTIERI.** Homologação da aprovação ad
3 referendum da CCPG de 22/02/2022. PROC. Nº 36P-1275/2022 (d). FCA – Parecer favorável
4 exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury (Assessora da PRPG) – (Deliberação
5 CCPG Nº 9/2022). **b) ACORDO COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IC) E A**
6 **UTRECHT UNIVERSITY (PAÍSES BAIXOS) – SRA. BÁRBARA CAROLINE BENATO.** PROC. Nº
7 34P-36824/2021 (d). IC - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury
8 (Assessora da PRPG) – (Deliberação CCPG Nº 10/2022). **c) ACORDO COTUTELA A SER**
9 **FIRMADO ENTRE A UNICAMP/IG E A MAASTRICHT UNIVERSITY (PAÍSES BAIXOS) – SR.**
10 **RODRIGO ITO.** PROC. Nº 22P-38754/2021 (d). IG – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra.
11 Altair Antoninha Del Bel Cury (Assessora da PRPG) – (Deliberação CCPG Nº 11/2022). **d)**
12 **TERMO ADITIVO Nº 01 AO ACORDO DE COTUTELA FIRMADO ENTRE A UNICAMP/IE E A**
13 **DELFT UNIVERSITY OF TECHNOLOGY (PAÍSES BAIXOS) – SRA. GABRIELA SOLIDÁRIO DE**
14 **SOUZA BENATTI.** PROC. Nº 26 P-9237/2020 (d). IE – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra.
15 Altair Antoninha Del Bel Cury (Assessora da PRPG) – (Deliberação CCPG Nº 12/2022). **ITEM 3.**
16 **PROGRAMA DAS ATIVIDADES E CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. a)**
17 **PROC. Nº 34-D-1737/2022 (d). IC –** Alteração de Catálogo Vigente. Alteração da “Característica”
18 de “Regular” para “Tópicos” da disciplina “MO436 – Tópicos
19 em Aprendizado de Máquina” nos catálogos vigentes de 2019, 2020, 2021 e 2022 – (Deliberação
20 CCPG Nº 13/2022). **ITEM 4. IMPLANTAÇÃO DA FUSÃO DO PROGRAMA DE PÓS-**
21 **GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA CELULAR E ESTRUTURAL COM O PROGRAMA DE PÓS-**
22 **GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA FUNCIONAL E MOLECULAR, PASSANDO A CHAMAR**
23 **BIOLOGIA MOLECULAR E MORFOFUNCIONAL DO INSTITUTO DE BIOLOGIA.** PROC. Nº 07-
24 P-2629/2021 - (Deliberação CCPG Nº 14/2022). **ITEM 5. CATÁLOGO DOS PROGRAMAS DE**
25 **RESIDÊNCIA MÉDICA DE 2022.** PROC. Nº 01-P-6233/2022 (d) - (Deliberação CCPG Nº
26 15/2022). **ITEM 6. OFERECIMENTO DE DISCIPLINAS REMOTAS NO 1º SEMESTRE DE 2022.**
27 **a) FEF – FF-191 Envelhecimento e Atividade Física -** (Deliberação CCPG Nº 16/2022). **b) FEA –**
28 **TP126A (Alimentação e Nutrição Humana); TP199C (Seminários); TP242B (Lípidos em Alimentos**
29 **e Implicações Nutricionais); TP383A (Alimentos, Obesidade, Inflamação e Cognição); TP121A -**
30 **Tópicos em Engenharia de Alimentos; TP199C – Seminários; TP003A – Biotransformação de**
31 **Produtos Agroindustriais; TP199B – Seminários; TP328A – Princípios da Ciência de Alimentos;**
32 **TP199 - Turma A – Seminários; TP354 - Turma A - Atributos de Qualidade Funcional em Produtos**
33 **Cárneos; TP387 - Turma A - Conservação e Processamento de Alimentos; TP393 - Turma A -**
34 **Gestão de Segurança de Alimentos; TP369A – Fisiologia Microbiana -** (Deliberação CCPG Nº

1 17/2022). **c) FOP** - ES101 Patologia Geral I; ES102 Patologia Geral II, ES103 Técnicas Básicas
2 de Laboratório; ES104 Estomatopatologia II; ES107 Metodologia de Ensino e Pesquisa; ES126
3 Tópicos Clínico-Histopatológicos de Lesões de Cabeça e Pescoço II; OR267 Discussão de Casos
4 Clínicos - (Deliberação CCPG Nº 18/2022). **d) IA** – AC001-B: Pesquisa em Artes - (Deliberação
5 CCPG Nº 19/2022). **e) IE** – HO-435 - Leitura Dirigida em Economia, turma A; HO-203 - Seminários
6 de Tese de Doutorado III, turmas A, B, C, D, E, G; HO-300 - Seminários de Tese, turmas A, B, C,
7 D, E; HO-307 - Seminários de Dissertação de Mestrado III, turmas A, B, C, D, E, G - (Deliberação
8 CCPG Nº 20/2022). **ITEM 7. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**
9 **ESTOMATOPATOLOGIA DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PIRACICABA (FOP).**
10 **PROC. Nº 06P-702/2004. FOP** – Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi
11 (Assessor da PRPG) - (Deliberação ARTICULADA CCPG Nº 1/2022). **ITEM 8. REGULAMENTO**
12 **DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MATERIAIS DENTÁRIOS DA FACULDADE DE**
13 **ODONTOLOGIA DE PIRACICABA (FOP). PROC. Nº 06P-703/2004. FOP** – Parecer favorável
14 exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG) - (Deliberação ARTICULADA
15 CCPG Nº 2/2022). **ITEM 9. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**
16 **BIOLOGIA BUCO-DENTAL DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE PIRACICABA (FOP).**
17 **PROC. Nº 06P-705/2004. FOP** – Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi
18 (Assessor da PRPG) - (Deliberação ARTICULADA CCPG Nº 3/2022). **DESTAQUE: ITEM 1.**
19 **PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR DOS CURSOS DE PÓS-**
20 **GRADUAÇÃO 2022.** PROC. Nº 01-P-20851/2021 (d). Homologação da aprovação ad referendum
21 da CCPG de 17/02/2022 (Deliberação CCPG Nº 8/2022). A **Sra. Presidente** disse que se tratava
22 de aprovação *ad referendum* da CCPG da proposta de adequação do calendário escolar dos
23 cursos de pós-graduação, que foi aprovada no dia anterior, na CEPE. Perguntou se alguém
24 gostaria de se manifestar. Não havendo, colocou em votação, com favoráveis permanecendo
25 como estavam e contrários se manifestando e depois abstenções, sendo aprovado por
26 unanimidade. Disse que iria colocar em aprovação a Pauta Suplementar. Perguntou se alguém
27 gostaria de se manifestar. O conselheiro **Prof. Renato Barroso da Silva** cumprimentou os
28 presentes e disse que o título estava errado, constava institucional. A **Sra. Presidente** concordou,
29 agradeceu e disse que iria corrigir para interinstitucional. Perguntou se alguém gostaria de se
30 manifestar. Não havendo, colocou a Pauta Suplementar em votação, com favoráveis
31 permanecendo como estavam e contrários se manifestando e abstenções, sendo aprovada por
32 unanimidade. **ITEM 1. IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL**
33 **(DINTER) ENTRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA APLICADA DO**
34 **IMECC/UNICAMP E AS UNIVERIDADES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO**

1 **FRANCISCO (UNIVASF), UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB) E A**
2 **RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE).** PROC. Nº 10-P-18096/2020. IMECC – Proposta
3 homologada pela CAPES - (Deliberação CCPG Nº 22/2022). **ITEM 2. OFERECIMENTO DE**
4 **DISCIPLINAS REMOTAS NO 1º SEMESTRE DE 2022. FE** - (Deliberação CCPG Nº 21/2022).
5 **EXPEDIENTE.** Iniciou dizendo que a PRPG, em função das conversas que vinha tendo com
6 alguns representantes discentes, com a APG, iria criar um GT para estudo da ampliação de cotas
7 étnico-raciais na Pós-Graduação. Diferentemente do que foi a discussão que tiveram alguns anos
8 atrás, na graduação, em que se pensava numa política homogênea para a universidade, uma
9 política integral para a graduação, aquela era uma discussão diferente. Os programas de pós-
10 graduação tinham autonomia e a ideia não era alterar, em nenhum momento, aquela autonomia
11 de definição de regras de seleção, da inclusão de alunos, do perfil do seu alunado, era uma
12 discussão que lhe parecia bom discuti-la, mas lhe parecia que tinha um patamar já de consenso
13 na universidade sobre aquela autonomia dos programas de pós-graduação, dadas as suas
14 heterogeneidades que conheciam em todas as áreas. No entanto, era cada vez mais uma
15 discussão importante que a universidade pública, que os programas da Unicamp também
16 adotassem medidas mais inclusivas, pelos seus aspectos socioeconômico e étnico-racial.
17 Explicou que a ideia era criar o GT, mas que antes da discussão era necessário ter dados
18 objetivos com os quais tratar, e, embora a universidade, no sistema da DAC, sempre tenha
19 recolhido dados sobre os alunos que se matriculavam, e aqueles dados para a pós-graduação
20 sempre foram muito esporádicos e muito pequenos em termos de volume, até para fazer alguma
21 reflexão estatística. Disse que pediram à DAC para ampliar a planilha de coleta daquelas
22 informações, inclusive pensando na questão étnico-racial, na questão socioeconômica, na
23 questão familiar, enfim, traçar um perfil mais amplo do que era o aluno de pós-graduação da
24 Unicamp nas suas variadas áreas. Era aquilo o que vinha sendo feito naquele ano, que achava
25 que ainda não existiam todos os dados, a matrícula não tinha acabado ainda, mas eram dados
26 que estariam no sistema da DAC para poderem trabalhar. Com acesso aos dados, a ideia era
27 então abrir uma discussão com um grupo de trabalho, e apresentou uma sugestão de
28 composição, com representantes de coordenadores de programas, representantes da Associação
29 de Pós-Graduação, representantes discentes da CCPG, um funcionário de alguma unidade que já
30 tivesse implementado as cotas para ter um pouco daquela experiência, a Pró-Reitora. Disse que
31 conversou com alguns docentes, que seriam convidados, Prof. Nelson (IQ), Prof. Enelton (FT),
32 Profa. Bárbara (IFCH), Profa. Karina (FOP), já tinham dos indicados da APG e estava aguardando
33 as indicações dos representantes da CCPG. Disse que ainda não tinha solicitada a indicação do
34 funcionário por alguma direção ou coordenador de pós-graduação, mas que o faria, e que queria

1 deixar encaminhado, que seria um GT eventualmente formalizado pelo Reitor, já que escapava
2 um pouco do âmbito da CCPG, não seriam só membros da CCPG que iriam participar. Disse que
3 gostaria de socializar a ideia antes de começar a discussão. Teriam de esperar um pouco, os
4 dados não estavam prontos, iria levar um certo tempo, mas a ideia da discussão era aquela. Era
5 um expediente que gostaria de colocar em discussão. Passou a palavra para o Prof. Douglas. O
6 conselheiro **Prof. Douglas Fernandes Barbin** cumprimentou os presentes e disse que tinha
7 interesse, mas que informou à Profa. Rachel que aquela seria a última reunião como coordenador,
8 a primeira e última presencial. Disse que estava com a Profa. Liliana ao seu lado, que o iria
9 substituir a partir de abril, já o acompanhando para fazer a transição. Uma questão que iria colocar
10 como ponto para o GT pensar, que discutiram na FEA, era uma dificuldade que tiveram
11 justamente no sistema da DAC, que muitos alunos não informavam a raça, e achava que aquilo
12 seria uma dificuldade para o GT. Sugeriu que já propusessem na implantação de melhorar a
13 autodeclaração no sistema, que achava um ponto importante. A **Sra. Presidente** agradeceu a
14 presença do Prof. Douglas na CCPG e disse que seria uma pena não poder participar do grupo,
15 mas que a Profa. Liliana já era bem-vinda para fazer parte daquela instância. Concordou com ele
16 que os dados que tinham de raça, os mais anteriores, eram muito ruins também por aquele
17 motivo, pela não resposta. Explicou que advinha de muitos fatores, da não vontade de declaração,
18 que era sempre um dado autodeclarado, e que não tinha como escapar de alguns daqueles
19 problemas. Disse que esperava que ao longo do tempo aquilo melhorasse e, por aquele motivo,
20 que aquela discussão não era uma coisa tão definitiva em termos de trabalhar com o perfil exato
21 do que era o alunado na Unicamp. Agradeceu e desejou boa sorte. Passou a palavra para a
22 Profa. Bárbara. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de Castro** primeiramente agradeceu à
23 Profa. Rachel pelo convite e parabenizou pela iniciativa de criação do GT para aquele tema que
24 era tão importante. Disse que queria trazer as notícias do IFCH, porque tinham trabalhado com a
25 implementação de cota étnicos raciais, população preta, parda e indígena. Naquele momento,
26 tinha um PPG em específico, de Antropologia Social, que também tinha uma cota para a
27 população transexual e tinha funcionado muito bem. Estavam trabalhando com a implementação
28 de cotas, desde 2016, e, em 2017, em todos os programas. Compartilhou que tinham verificado
29 modelos distintos, que cada PPG tinha sua autonomia, alguns com uma diferença de nota para os
30 ingressos, outros com um sistema de distribuição de bolsa que privilegiava os estudantes cotistas,
31 outros privilegiando ainda a lista meritocrática, outros reorganizando também para uma
32 distribuição socioeconômica. E o que tinha a dizer, a partir da experiência do IFCH, era que
33 consolidaram um modelo muito promissor, de acolhimento da população preta, parda e indígena,
34 e que tinha funcionado no sentido de atrair mais estudantes com aquele perfil. As inscrições

1 aumentaram muito ao longo do tempo, e as cotas também tinham aquele efeito de chamar,
2 convidar aqueles estudantes a fazerem parte da universidade. Disse que do primeiro para o
3 segundo ano já sentiram, e falava especialmente da Sociologia, que era o seu programa, uma
4 diferença na questão da performance de nota, de terem estabelecido um modelo em que
5 colocavam a nota dois pontos a menos para favorecer, para puxar os alunos para as fases
6 seguintes, que tinham uma reserva de 25%. Era um modelo muito bem-sucedido, tinha tido um
7 impacto muito positivo entre os estudantes, entre os docentes, inclusive de novas pesquisas,
8 novas temáticas. Achava importante compartilhar as experiências que já tinham na universidade.
9 O IFCH não era o único lugar com aquele programa, mas partilhou um pouco da experiência. A
10 **Sra. Presidente** agradeceu a Profa. Bárbara e complementou que se sentia à vontade para falar,
11 porque, enfim, era um dos seus programas, Ciência Política, que também tinha implementado
12 cotas de pós-graduação. Disse que era um processo de aperfeiçoamento, porque bateram a
13 cabeça em algumas situações, no início, com recurso do aluno, atuação do Ministério Público,
14 enfim, não era fácil. A defesa dos direitos era um campo em que não apenas os cidadãos sabiam
15 onde eles poderiam ter as suas demandas, mas o Ministério Público também achava que podia
16 fazer todas as suas observações dentro de áreas que ele não conhecia muito bem, então, não
17 tinha sido tão fácil no início para alguns programas, porque tinham aquele tipo de confronto,
18 análises, mas estava dando muito certo. Comentou que tinham alunos que receberam prêmios e
19 eram exatamente os cotistas que tinham recebido os prêmios mais recentes nas associações
20 externas à universidade. Aquela era uma boa notícia, que vinham plantando com produtos muito
21 positivos para a pós-graduação. Não era fácil, mas tinha valido a pena. Com aquela experiência,
22 por isso o convite à Profa. Bárbara, que tinha dez programas de pós-graduação, todos com aquilo
23 implementado, que era um bom universo para análise. O conselheiro **Marko Synésio Alves**
24 **Monteiro** cumprimentou os presentes e parabenizou pela iniciativa. Disse que no IG estava
25 passando por aquele processo, começando a implantação de cotas e fizeram o debate. Tinha um
26 lado muito complicado de como que os professores às vezes resistiam à ideia. E que iria colocar
27 questões para o GT, que achava que era importante, por exemplo, fazer a discussão da banca de
28 verificação, porque dava divergência na hora de seleção o que se considerava preto, pardo, etc.,
29 que era uma discussão complexa, pelo menos foi no seu instituto, que fizeram o primeiro processo
30 seletivo no seu programa. Comentou que foi interessante que no IG, quando começaram a colocar
31 o debate, rapidamente os outros programas, todos, quiseram adotar, foi mais ou menos
32 consensual, mas foi uma discussão bem complicada no que se referia à banca de verificação e de
33 como implantar. No seu programa colocaram a questão da bolsa, que também era uma questão
34 complicada, porque as pessoas viviam num momento de escassez de bolsa. Outra questão que

1 queria colocar para o GT era os dados, que viram que realmente não conheciam. Disse que se
2 articulou com uma pesquisadora do IG para fazer uma pesquisa, dentro da unidade, para
3 entender não só a quantidade de alunos e alunas, mas entender, por exemplo, de situações de
4 racismo, de preconceito para subsidiar uma discussão, porque muitos professores não tinham
5 aquela questão colocada para si. O IG tinha Ciências Naturais junto com Ciências Humanas,
6 então, era um ambiente bem diverso. Comentou que fez um evento, que estava disponível no
7 YouTube, junto com o Diretor da Economia, Prof. André, que fez as cotas, e uma representante
8 discente muito legal, Juliana, que trouxe muita informação e foi muito importante para ajudar a
9 discutir, que ela também poderia dar muitos relatos de coisas que apareceram nas discussões.
10 Eles se colocaram à disposição para conversar em reuniões de departamento. Disse que outra
11 questão para o GT que apareceu no seu instituto era que, às vezes, a cota não aumentava a
12 quantidade de pessoas negras entrando, então, aquilo era importante, que queriam ter cota,
13 queriam ter mais alunas e alunos negros, indígenas etc. Finalizou dizendo que o GT poderia dar
14 algumas diretrizes para os programas, ainda que não tivesse um modelo único, que não era o
15 caso, mas algumas diretrizes básicas, porque começavam a discutir cota totalmente perdido quem
16 não estava envolvido com pesquisa ou com a militância. Ou achava que o seu PPG, que era de
17 exatas, não se aplicaria, porque não era só fazer pesquisa sobre raça, era ter pessoas diversas no
18 *campus* para fazer a vivência. Achava que algumas questões eram importantes e que a Profa.
19 Bárbara iria representar muito bem. Parabenizou novamente pela iniciativa. A **Sra. Presidente**
20 agradeceu o Prof. Marko e respondeu que a ideia era aquela, que os programa não achassem
21 que porque eram de exatas ou de uma área dura, tecnológica, que aquela questão não estava
22 presente, porque não era aquilo, mas era uma discussão que precisava ser colocada. O ponto
23 mínimo que o GT, pelo menos no seu modo de ver, que ele vislumbrava era que os programas
24 discutissem a possibilidade de que aquela fosse uma variável de trabalho dentro da pós-
25 graduação. A maneira de implantar, ou se decidisse outra coisa, era outro fato, mas a ideia
26 fundamental era que o ponto mínimo básico que gostariam era que os PPGs todos se colocassem
27 aquelas questões como uma variável possível de trabalho. Como disse o Prof. Marko, já era uma
28 discussão implantada para a universidade. Agradeceu. O conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart**
29 **Peres** cumprimentou os presentes e disse que sobre a questão das cotas, achava muito
30 interessante ter aquela discussão sobre como fazer. No Instituto de Física não tinha nenhuma
31 discussão sobre aquele tema na pós-graduação, mas achava que seria uma coisa muito
32 interessante para discutir e às vezes rebater os argumentos. Comentou que quando teve a
33 questão das cotas na graduação, que ouviu comentários dizendo que iria aumentar o racismo.
34 Disse que tinha de testar todas aquelas questões, que era um tema que tinha de ser presente,

1 não poderia ser Exatas ou Humanas, que a questão eram as pessoas. Achava que deveria ser
2 uma coisa bem-feita, muito bem caracterizada, com dados, para poder justamente ter um apoio
3 para conversar com os seus colegas sobre aquele ponto, porque senão poderia ter alguma
4 resistência. Disse que tinha uma sugestão, não se lembrava o nome, porque foram os alunos que
5 indicaram, que era da Prefeitura de Campinas, que falou sobre o tema de inclusão no Instituto de
6 Física, que era uma pessoa muito interessante e talvez pudessem ter uma outra visão, não só na
7 universidade, mas uma questão de como incluir em outro ambiente, que era o ambiente escolar
8 que tinha nas escolas. Teriam de pensar se houvesse algum problema, alguma denúncia, como
9 procederiam para não ter nenhum constrangimento para a pessoa. Que a questão talvez não
10 viesse somente dos professores, mas também dos colegas. Tinham poucas bolsas e poderiam
11 questionar por que naquele momento iria ter cotas. Também teriam de conversar com os alunos
12 para ver aquela questão, como entender aquele processo. A **Sra. Presidente** disse que um dos
13 pontos mais difíceis de tratar, pelo menos foi para o IFCH, em alguma medida, por conta de
14 estarem colocando em jogo a questão do mérito com a questão da cota. Tinha de ser uma
15 discussão bem-feita com os próprios alunos que faziam parte do processo seletivo. Não era fácil,
16 vinha com séculos de problemas sobre aquilo, não iriam resolver numa semana de GT, mas,
17 certamente, queria avançar muito naquele terreno, porque era importante. O conselheiro **Prof.**
18 **Orlando Luis Goulart Peres** disse que não era sobre a questão étnico-racial, mas sobre os
19 egressos. Que no ano anterior teve que fazer o status dos egressos para a pós-graduação, que
20 não tinha um padrão. Perguntou para várias pessoas, professores, da comunidade, qual era o
21 processo de gestão de destaque de egresso, e em todas as sugestões não tinha nenhuma
22 estudante indicada. Não tinham muitas alunas, eram 30% no mestrado e 20% no doutorado, mas,
23 mesmo assim, não ter nenhum nome de destaque em quatro anos, era uma questão para ser
24 pensada. Outro ponto, que não queria abrir outra fonte, mas só passar um pouquinho, era a
25 questão do LGBTQI. Perguntou se foi pensado sobre incluir aquela questão. A **Sra. Presidente**
26 respondeu que iriam abordar aquilo. Era o que a Profa. Bárbara tinha falado sobre aquela
27 população. Achava que o GT teria muita coisa para tratar. Certamente não era só a cota étnico-
28 racial um problema. A questão das mulheres também era para algumas áreas, mas, enfim, achava
29 que ainda teriam muito o que discutir. Uma das etapas que imaginava da dinâmica do GT, depois
30 de discutirem um pouco os dados, era ter nos programas uma discussão interna que seria
31 encaminhada ao GT sobre as possibilidades daquela variável de trabalho dentro do próprio PPG.
32 Passou a palavra para Profa. Heloísa. A conselheira **Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha**
33 cumprimentou os presentes e parabenizou pela iniciativa e se disponibilizou a participar. Disse
34 que a Faculdade de Educação tinha cotas étnico-raciais – pretos, pardos e indígenas, tinha cotas

1 para pessoas com deficiência e implantou, há dois anos, as cotas para pessoas trans. No último
2 processo seletivo admitiram uma pessoa, e nos dois últimos processos seletivos, tinham
3 trabalhado com a CADER, submetendo o processo de averiguação à CADER. O primeiro
4 processo foi um pouco difícil, tiveram alguns problemas que tentaram já corrigir no processo do
5 ano anterior, com muita discussão e interlocução com a CADER. Vários funcionários e
6 professores da Faculdade de Educação fizeram a formação da CADER, tentando também trazer
7 para a unidade aquela discussão e problematizar um pouco o que estava em jogo naquele
8 conceito de averiguação com o qual a CADER estava trabalhando. Agradeceu. A **Sra. Presidente**
9 agradeceu a Profa. Heloísa e disse que era bom que as pessoas estavam dispostas àquela
10 discussão, que achava ótimo. Passou a palavra para o Prof. Douglas. O conselheiro **Prof.**
11 **Douglas Fernandes Barbin** agradeceu e disse que queria reforçar o comentário dos colegas
12 anteriores sobre o papel de orientação de suporte do GT depois para os coordenadores. Disse
13 que iria colocar rapidamente a discussão que tiveram na FEA, na época, que a conclusão que
14 chegaram depois do levantamento, que acompanhou a discussão que foi conduzida na
15 graduação, que, na pós-graduação da FEA, especificamente, tinha, por exemplo, um número de
16 pretos, pardos e indígenas muito maior do que era o percentual do Estado de São Paulo, do que
17 era o percentual que a Unicamp almejada. Naquele momento, especificamente, ficaram em dúvida
18 como criar cotas para pessoas que já eram a grande maioria no programa. Além das raciais, as
19 sociais. Não sabia se os outros programas, achava que cada programa tinha algumas
20 especificidades naquele sentido, mas no Programa de Engenharia de Alimentos, perceberam que
21 a grande maioria dos formandos acabava indo para o mercado de trabalho. Pela grande
22 desvalorização que tinha nas bolsas, já tinha virado quase um auxílio social, que vinha muitos
23 alunos que acabava não conseguindo emprego, então, já eram os que mais realmente
24 precisavam daquelas bolsas de auxílio social, tanto que a grande maioria dos alunos conseguiam
25 os auxílios SAE, além de terem as bolsas dos programas. Disse que a troca entre as
26 coordenações e o GT seria bem importante. A **Sra. Presidente** disse que talvez pudessem fazer,
27 lá na frente, quando estivessem já com alguma discussão mais consolidada. E que ele comentou
28 uma coisa importante, que era a especificidade já de alguns programas dentro de uma questão
29 como aquela, que eventualmente, ele estava discutindo cota num programa onde já tinha 50% ou
30 mais de alunos que estavam com aquele perfil que se desejava. Disse que teria de ficar claro para
31 o GT que a discussão inicial teria de ser no agregado da universidade dos alunos de pós-
32 graduação da Unicamp. Os programas e as especificidades diárias era que iriam ter de trazer para
33 o GT como enxergavam determinadas questões e como imaginavam que aquilo poderia vir a ser
34 uma variável de trabalho. Teriam dois passos, e o inicial seria muito no agregado, no dado que a

1 DAC iria fornecer, que certamente poderia ser fragmentado pelos programas, mas poderia
2 acontecer o que já tinha sido comentado anteriormente, que às vezes aquele programa ou muitos
3 deles não tivessem respostas para aquela principal pergunta. Iria ser um problema difícil,
4 pensando nos dados objetivos, mas achava que a discussão iria na direção que o Prof. Douglas
5 mencionou. Agradeceu e passou a palavra para a Profa. Bárbara. A conselheira **Prof. Bárbara**
6 **Geraldo de Castro** disse que tinha dois comentários rápidos. O primeiro era dizer que tinha muita
7 pesquisa, tinha muito acúmulo de conhecimento sobre implementação de políticas de ação
8 afirmativa e tinha uma pesquisadora em especial, que achava que talvez a profa. Rachel
9 conhecesse, Anna Venturini, que era do Cebrap que tinha dado, inclusive entrevistas para a
10 FAPESO, que saiu na edição anterior um compilado de informações que ele tinha reunido nos
11 últimos dois anos sobre outras universidades que inclusive tinham políticas de ação afirmativa na
12 pós-graduação, quais eram os modelos, quais os prós e contras. Achava que tinham pontos de
13 partida interessantes para trazer de material para o GT e para trabalhar no sentido da formação
14 que era um pouco o que o colega da Física apontou, que o GT era também um momento de
15 pensar um espaço de formação de informação. Outra coisa, acompanhando a Profa. Rachel, era
16 claro que, enfim, quis dar ali a notícia feliz, mas dizer que implementação de qualquer política era
17 um processo de reflexão permanente, e reflexão permanente para entender também, que faziam o
18 desenho e depois construíam as regras e as pessoas chegavam com suas próprias dinâmicas e
19 demandas. Deu um exemplo específico do caso do IFCH, que descobriram, no ano anterior, que
20 depois de quase cinco anos de política de ação afirmativa na pós-graduação, os cotistas não
21 estavam se candidatando às bolsas PED. Descobriram que naquele desenho em que estavam
22 privilegiando inclusive bolsas CAPES e CNPq de pós-graduação para os alunos cotistas, eles
23 acabavam se retirando do processo de concorrer às bolsas de estágio docente e se retirando de
24 um processo formativo superimportante. Disse que fizeram um redesenho também da política de
25 redistribuição das bolsas PED. Era um movimento de promover a justiça social, que era o princípio
26 de cotas, que perceberam que também estavam retirando um espaço importante, não retirando,
27 de saída, mas a maneira como estava desenhada acabava configurando a ausência também dos
28 estudantes no Programa Estágio Docente a despeito de, enfim, saberem que bolsistas CAPES e
29 CNPq deveriam cumprir com aquela responsabilidade também de serem PED. Disse que era só
30 para dar um exemplo de como, a despeito da vigilância e preocupação permanente, sempre iriam
31 ter ajustes a serem feitos. Disse que achava que o GT acontecia, mas que ele iria se repondo ao
32 longo do tempo também, porque era aquilo, conforme os problemas, as questões e as dinâmicas
33 das relações sociais fossem aparecendo iriam fazendo os ajustes também. A **Sra. Presidente**
34 agradeceu a profa. Bárbara perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar e que gostaria

1 de ouvir algum representante discente sobre o assunto. Comentou que escreveu aos alunos
2 pedindo até uma indicação para trazer para a CCPG, mas não sabia se conseguiram se
3 encontrar, porque ainda nem tinha voltado totalmente as aulas presenciais, mas se pudessem
4 falar, agradecia. A conselheira **Sra. Aline Marcondes Miglioli** cumprimentou os presentes e
5 respondeu que ainda não tinham um representante porque foi muito difícil de se reunir, mas
6 recebia a notícia com muita felicidade. Disse que quando teve a greve, em 2016, na graduação,
7 apoiou apaixonadamente. Foi com muita luta que conquistaram as cotas na graduação, depois
8 vieram os processos administrativos da Reitoria, em represália, que não esqueceram, mas
9 seguiram com aquele avanço. Disse que ficava muito feliz com as falas da Bárbara, porque se
10 graduou no IFCH, e ficava feliz com a questão das cotas para as pessoas trans, que achava que
11 era um dos maiores avanços que tiveram na Unicamp, que lhe tocava inclusive a nível pessoal,
12 que tinha uma amiga que pesquisou aquilo, que era a Brumi, uma pesquisadora de ponta que
13 pesquisou aquela questão da inclusão das pessoas trans na pós-graduação, na universidade.
14 Perguntou a data prevista, qual era o recorte temporal previsto para o GT. A **Sra. Presidente**
15 disse que primeiro precisaria compô-lo, que estava esperando as indicações e a reunião da
16 CCPG, até porque com a reunião complementaram mais ainda o GT, com a apresentação da
17 Profa. Heloísa. Disse que o Sr. Fernandy sugeriu que a DAC também tivesse uma representação
18 no GT e queriam um funcionário de uma unidade que tivesse as cotas implantadas. Estava
19 faltando os discentes, funcionário da unidade e o funcionário da DAC para encaminhar o GT para
20 ser formalizado na universidade. Disse que gostaria que o reitor formalizasse aquilo como um GT
21 de trabalho, que não seria nomeado na CCPG, porque fugia do âmbito. Tinham dois
22 representantes da APG, o Sr. Matheus a escreveu no dia anterior dizendo que ele, Matheus
23 Albino, aluno do IFCH, e a Sra. Júlia Adams, aluna do IEL, seriam os representantes da APG.
24 Precisava da indicação de mais dois representantes discentes da CCPG. Pediu aos alunos que
25 assim que pudesse, que passassem os nomes para formalizar o GT e definir o cronograma. A
26 **Sra. Aline Marcondes Miglioli** respondeu que perguntou por questão de logística mesmo, porque
27 tinha outras subcomissões para acompanhar e tinham o trabalho de pesquisa. Se voluntariou já
28 de antemão, só não poderia mesmo se tivesse alguma questão de conflito de horário, até porque
29 tinha de cumprir as obrigações da bolsa. A **Sra. Presidente** disse que o GT iria discutir
30 longamente muitas coisas e esperava que os horários se adequassem, mas não fariam uma ou
31 duas reuniões apenas, seriam muitas, até para ter todo aquele insumo dos outros programas da
32 universidade. Explicou que não era *ad aeternum*, mas, certamente, não seriam duas reuniões,
33 com toda certeza, até para organizar a discussão. Disse que já iria levar em conta o nome da Sra.
34 Aline e achava que seria bom ter mais alguém da representação discente da CCPG, mas não

1 precisava ser naquele momento, poderia ser em seguida. A conselheira **Sra. Aline Marcondes**
2 **Migioli** disse que queria reiterar também que achava muito importante ter um funcionário da DAC,
3 especialmente na questão de ter um panorama da questão do que os alunos tinham informado, do
4 que não tinham informado. Por exemplo, não sabia daquela informação da não informação da
5 origem étnico-racial, então, reiterou que achava importante também. A **Sra. Presidente**
6 respondeu que a DAC sempre coletou aquelas informações e que nos dados antigos, pelo menos
7 dos últimos dez anos, a não informação era muito grande, e não era possível trabalhar com um
8 não dado, mas já era um dado da realidade, era evidente, mas queriam fazer outra discussão.
9 Esperava que naquele ano tivesse melhorado, mas era uma coisa que teria de ser coletada no
10 segundo semestre para cursos que faziam inserção ou para o ano seguinte, enfim, a ideia era que
11 o GT se estendesse por aquele ano, em alguma medida, não imaginando que já haveria algum
12 relatório final na metade do ano, que seria improvável. Não era aquela a ideia de fazer nada
13 rápido, e sim de fazer coisas bem-feitas sobre aquela discussão na universidade. Achava que se
14 estenderia para o segundo semestre, por aquele motivo achava que os horários poderiam se
15 adequar. A conselheira **Sra. Aline Marcondes Miglioli** disse que queria fazer mais um breve
16 comentário em relação à fala sobre dúvidas, sobre como criar aquele tipo de conscientização,
17 aquele tipo de debate. Os alunos, em 2016, se lembravam porque acompanhou bem de perto,
18 foram muito felizes em promover debates na universidade. Se lembrava, por exemplo, de ver o
19 Núcleo de Consciência Negra da Unicamp colocando duzentas pessoas em palestras, em
20 conversas sentadas no espaço do PB. A **Sra. Presidente** complementou que eram nas
21 audiências públicas. A conselheira **Sra. Aline Marcondes Miglioli** respondeu afirmativamente,
22 que eram espaços entre aula e conversas, que realmente era um trabalho de base a ser feito em
23 cada instituto, que estava muito difícil de ser feito naquele momento porque estavam em
24 pandemia, era muito complicado. Disse que Campinas era uma cidade particularmente muito
25 racista, que tiveram alguns dos melhores pesquisadores de escravidão na cidade, justamente
26 porque tinha muito material para pesquisar e uma das formas de criar segregação,
27 subalternização, discriminação, enfim, era o apartamento entre as pessoas não brancas e o direito
28 à educação. Aquela tinha se ser a linha, sabia que era difícil, que aquilo era feito na base do
29 tensionamento, mas era política. Era claro que teria tensionamento. Disse que demorou muito
30 tempo para ter professores negros, para ter pesquisadores negros, justamente porque tinha gente
31 tensionando na direção inversa. E tensionava de volta, naquele momento, mas em defesa
32 daquela inclusão e das cotas. Disse que queria reiterar a sua felicidade, especialmente a questão
33 das cotas das pessoas trans, que lhe era muito caro. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que já
34 tinha uma aluna que iria completar o GT, a Sra. Isabela, e que ficaria faltando as indicações da

1 DAC e de alguma unidade, talvez do IFCH ou da FE, que eram unidades que tinham mais
2 programas com cotas. Disse que depois conversaria com as professoras Heloísa e Bárbara. O
3 conselheiro **Prof. Orlando Luiz Goulart Peres** disse que não falou anteriormente, mas, se fosse
4 o caso, se oferecia também para participar. Era uma discussão que achava que sempre teria de
5 ter, mas não queria que ficasse uma coisa muito grande, somente se houvesse espaço. A **Sra.**
6 **Presidente** disse que ficava muito feliz, que tinha trazido uma proposta porque não sabia se as
7 pessoas estavam disponíveis, com todo mundo fazendo tanta coisa, pandemia, por aquele motivo
8 já tinha conversado com alguns professores, mas ficava bastante feliz que tanto a Profa. Heloísa,
9 quanto o Prof. Orlando, que já se agregaram ao GT. A conselheira **Profa. Rosângela Ballini**
10 cumprimentou os presentes, parabenizou a iniciativa e disse que o Instituto de Economia também
11 adotou cotas nos dois programas, já fazia um tempo, e assim como a Educação, tinha usado a
12 CADER para averiguação. Disse que achava que a grande discussão, partindo da fala da Profa.
13 Bárbara, era em relação ao desempenho dos alunos no processo seletivo, que tinham vários
14 alunos que eram cotistas e acabavam tendo um desempenho com nota para passar na ampla
15 concorrência, então achava que aquilo nem se colocava a questão de desempenho. Pelo menos
16 no IE, verificaram que aquilo não estava colocado. Uma das grandes discussões que teriam de
17 enfrentar, mas achava que tinha a ver com o momento que estavam passando, era a questão das
18 bolsas. Priorizaram que os alunos cotistas eram os que teriam preferências pelas bolsas, por uma
19 questão óbvia, que achava que era questão de atender uma demanda também que estava
20 vinculada a uma questão social, mas com as restrições de bolsas das agências de fomento que
21 ainda iriam discutir na CCPG, acreditava, afinal de contas, tiveram um resultado da CAPES/CNPq
22 que não sabiam quando iriam conseguir atender. A **Sra. Presidente** respondeu à Profa.
23 Rosangela que era uma questão que iria até muito além da própria questão que iria muito além da
24 própria questão que estavam colocando na reunião, que era a relação com a CAPES, com bolsa,
25 financiamento da pós-graduação, não estavam numa boa fase, com certeza. Disse que
26 receberam, na noite anterior, as planilhas da CAPES com relação aos PROEX e PROAP, e tinha
27 ali muitos problemas, mas também tinha algumas soluções, tinha uma virada nas definições da
28 CAPES. Achava que poderiam falar sobre na sequência, mas antes, queria fechar a questão do
29 GT para não misturar os assuntos. Disse que iria encaminhar a criação do grupo, que entraria em
30 contato com os integrantes do grupo para montar um cronograma de conversa. O conselheiro
31 **Prof. Douglas Fernandes Barbin** disse que a Profa. Liliana também estava se voluntariando, na
32 área de Exatas, se fosse necessário. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que o seu GT
33 pequeno já virou uma grande sala, estava ótimo. Agradeceu dizendo que tinha mais um integrante
34 do GT, a Profa. Liliana. Finalizado o GT, disse que poderiam falar das bolsas. Comentou que a

1 planilha que receberam da CAPES era grande, e que a CAPES mudou a sistemática de cálculo. O
2 número de bolsas estava atendendo também, naquele momento, ao Índice de Desenvolvimento
3 Humano Municipal (Idhm), da cidade onde era o campus central dos programas, e a titulação dos
4 programas no determinado período, aquele produto de titulados do programa. Uma definição que
5 era nova, porque aquela era historicamente definida, até 2021, existindo patamares diferentes
6 entre as áreas de conhecimento para a concessão básica de bolsas. E as Ciências Humanas,
7 ninguém saberia nunca explicar aquilo na CAPES, de onde vinha aquilo, sempre estarem com
8 menos bolsas do que as demais áreas. Mudou-se a sistemática e todas as áreas de conhecimento
9 tinham os mesmos patamares iniciais de concessão da bolsa, o que beneficiou em alguma
10 medida os programas das Ciências Humanas naquela nova concessão por conta também daquele
11 cálculo. Por outro lado, alguns programas tiveram um forte impacto negativo, que o Prof. Orlando,
12 da Física, já encaminhou um e-mail dizendo que perderam muitas bolsas e que deveriam pedir a
13 revisão. Certamente iriam pedir a revisão daquele cálculo, mas eram os confrontos daqueles
14 cálculos todos que a CAPES encaminhou. Disse que não tinha ainda notícias do CNPq para toda
15 a concessão então, não sabiam como que contariam naquele ano para a pós-graduação. Disse
16 que, complementando a informação da questão do desempenho da pós-graduação, que na CEPE
17 do dia anterior, comentou que fizeram uma reportagem junto com a USP e UNESP, que saiu na
18 Folha de São Paulo, no final de semana anterior, falando em como a pandemia afetou a produção
19 de teses e dissertações de mestrado nas três universidades, que tiveram uma queda de 25% da
20 produção. Era claro que aquilo também teria de levar em conta a extensão dos prazos, que muita
21 gente que ia defender no ano anterior iria defender em 2022 ou 2023. A pergunta da jornalista era
22 se teve abandono, quais pessoas evadiram, e que não entendiam daquela maneira, não existia
23 aqueles dados gritantes de evasão da pós-graduação porque tentaram, nas três universidades,
24 adequar as dificuldades dos laboratórios e biblioteca fechados, das impossibilidades de uso do
25 campus para pesquisa e das dificuldades pessoais, que houve muitas, das rupturas que as
26 pessoas tiveram em suas vidas, tudo muito complicado. As extensões de prazos não foram
27 poucas, que achava que aquilo explicava um pouco aquela queda, mas que era uma queda
28 importante. Tiveram em números básicos 540 trabalhos a menos entre os anos de 2020 e 2021.
29 Imaginavam que fosse conjuntural da pandemia, que as três universidades paulistas conversaram
30 sobre, mas era um dado que achava importante terem na cabeça, que certamente fazia uma
31 queda na curva que se deveu à pandemia. Não sabia se os coordenadores gostariam de falar
32 sobre aquilo, era só uma informação. Disse que iria fazer uma inversão para falar do PRINT e
33 depois do edital, que constava no expediente. A CAPES fez ontem e continuava fazendo naquela
34 manhã uma reunião de avaliação dos relatórios encaminhados do PRINT de todas as trinta e seis

1 universidades contempladas, mostrando e vendo o que surtiu daquela avaliação que a CAPES
2 fez. As críticas não eram poucas, não conseguiu identificar no dia anterior uma crítica de uma
3 universidade que fosse positiva ao relatório do PRINT, aos problemas que ele poderia ter trazido
4 de preenchimento, ao tipo de métrica que eles consideravam métrica. Havia uma grande
5 mobilização que deveria se consubstanciar num documento para que a CAPES tivesse alguma
6 mudança, primeiro, no tipo de variáveis que ela estava considerando que eram, de fato,
7 avaliativas daquele processo todo. A crítica maior ainda que as universidades apresentaram era o
8 fato de que o PRINT considerou o sistema extremamente homogêneo da pós-graduação e que
9 todo mundo iria investir em determinados esforços e todos iriam ficar internacionais. Não era
10 assim para boa parte do sistema universitário nacional. Se olhasse para uma universidade menor
11 que tinha um ou dois doutorados e que foi contemplada no PRINT, que estava numa região mais
12 pobre do país que não tinha investimento, se comparasse com a USP, Unicamp e Unesp, e com
13 outras que tivessem outro patamar de funcionamento, que quando fazia o questionário fez ou não
14 aquilo, conseguiu tanto ou não conseguiu, era claro que teria uma porcentagem das universidades
15 que não cumpriram a implementação muito grande. Tinha um equívoco de origem de pensar o
16 PRINT como um programa único de internacionalização e pensando especificidades que iam além
17 da própria capacidade das Pró-Reitorias de Pós-Graduação, porque, naquele programa, que você
18 contratava docentes, definia formas estratégicas de planejamento da universidade que estavam
19 fora da vida da pós-graduação, elas dependiam de uma reitoria inteira, de uma política de
20 contratação, de outras políticas de financiamento que a pós-graduação não dava conta. Sobre a
21 pergunta fundamental, se o PRINT continuava, disse que só conseguia responder que ele
22 continuaria mais um ano, até 2023/2024, porque a continuidade também envolveria a mudança de
23 governo, por aquele motivo ninguém queria responder. Não sabiam até onde iriam aquelas
24 mudanças que, eventualmente, aquela discussão traria para dentro da CAPES. Aquele era um
25 documento que ainda estava em elaboração e assim que estivesse pronto iria passar para todos
26 os coordenadores de pós-graduação e coordenadores de projetos. Disse que, em alguma medida,
27 na semana seguinte ou dali dez dias, iriam chamar uma reunião com os coordenadores de
28 projetos até para socializar melhor aquelas questões, porque eram eles que ficaram bastante
29 envolvidos. Em função daquelas dificuldades todas que estavam tendo em visualizar o que iria
30 acontecer com a CAPES, com aqueles recursos, na pós-graduação, decidiram se juntar à
31 Diretoria de Relações Internacionais (DERI), e não se juntar apenas na parceria simbólica
32 institucional, mas também em termos de recursos para o edital de mobilidade internacional que
33 quisessem que fosse lançado, a partir do segundo semestre. A DERI tinha uma série de bolsas
34 para alunos de pós-graduação em geral, mestrado e doutorado, e professores, achava que

1 cinquenta e uma para alunos e vinte e uma para docentes, e a PRPG iria entrar com o dobro do
2 valor, para estimular aquela mobilidade que era de um a três meses ou até seis meses, dependia
3 do projeto que fosse apresentado, e, a partir do segundo semestre, queriam colocar aquilo em
4 campo, para as pessoas se beneficiarem daquilo. Disse que iria abrir um novo calendário de
5 realocação de bolsas para o PRINT, que seria possível usar briefings do outro ano, ou puxar de
6 2023 para 2022. Os detalhes ainda iriam apresentar para os coordenadores, mas, de toda
7 maneira, a preocupação era que aquela internacionalização do PRINT talvez não seguisse e não
8 queriam perder o ritmo da internacionalização que já tinham e que continuaram tendo e que
9 precisariam dar conta, então iriam investir naquele edital interno. Tinham um desenho do edital
10 para bolsas para alunos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, e o importante eram os
11 mestrados, que geralmente ficavam fora dos editais, não eram nunca contemplados e achava
12 importante que aquilo acontecesse, mesmo que fosse por um ou dois meses, que era um pouco
13 da lógica do Bepe, da FAPESP, mesmo que ficasse dois ou três meses fora era muito importante
14 para a pesquisa e para o aluno. Apresentou as universidades para as quais aquelas bolsas
15 estavam definidas, porque as bolsas que a DERI recebia eram com acordos definidos, por isso
16 que era um edital de maior facilidade de implantação. Os valores do auxílio eram de R\$12.500,00
17 do Banco Santander para pagar passagem de ida e volta, e a PRPG entraria também com R\$
18 12.500,00 para complementar as diárias, porque aquele montante não significava muita coisa,
19 dependendo do país. Disse que assim que fosse lançado o edital iria enviar para as unidades.
20 Voltando a falar da CAPES, disse que continuavam com os mesmos problemas, a pós-graduação
21 do país continuava sem diretoria de avaliação, ainda não tinha uma indicação do nome, a
22 avaliação foi retomada por uma liminar da Justiça, mas teria de ficar claro que os resultados
23 continuariam presos, o que significava em última instância que poderiam ter o trabalho todo, que
24 já estava acontecendo, a avaliação já estava correndo, e no fazer nada com ela, porque se não
25 tivesse resultado não poderia implantar. Aquele era o risco e não era pequeno, porque assistiu à
26 audiência pública que foi feita com os procuradores envolvidos naquele processo todo e com a
27 comunidade, e os procuradores realmente estavam surdos para a comunidade acadêmica. Eles
28 estavam intervindo na dinâmica da CAPES de uma forma muito nociva, inclusive com
29 questionamentos que iam desde a composição das bancas de doutorados e de mestrado até
30 coisas, que, enfim, não fazia sentido o Ministério Público intervir, mas aquela vinha sendo a tônica
31 do Ministério Público com relação aquele ponto. Disse que, em parte, tinha a ver com inoperância
32 que houve da parte da procuradoria jurídica da CAPES, da defesa que deveria ter sido feita e não
33 foi o momento, embora estivessem fazendo esforços, mas nada eficiente e sabiam até onde iria.
34 Disse que a impressão que tinha quando conversava com os colegas era que nada seria decidido

1 até as eleições e ver o que aconteceria na próxima gestão. Não havia como contrapor, não tinha
2 como entrar em conflito, todos dependiam da CAPES. Se pegasse o sistema paulista que era o
3 que produzia muito no país, com 70% da pesquisa, e estava na pós-graduação e se olhasse a
4 quantidade de bolsas que a CAPES fazia de dotação era muita coisa, eram seis mil bolsas, então
5 não podiam abrir não daquilo num confronto institucional. O problema era que tinham uma série
6 de reticências, uma série de confrontos, pelo menos ideológicos, com tudo que vinha
7 acontecendo, mas também não poderia colocar aquilo a cabo, porque colocava em risco todo o
8 sistema de funcionamento. Aquele era um pouco o sentimento geral que percebiam dos pró-
9 reitores, das universidades. Iam empurrando, até outubro, para ver o que acontecia na próxima
10 gestão. Participavam de reunião, conversavam, mas a margem de funcionamento era pequena.
11 Sobre a retomada das atividades presenciais, todos sabiam que as aulas retomariam na segunda-
12 feira, mas para alguns cursos, da FCM, FOP, FENF, aquela retomada já houve há muito tempo
13 com todas as possibilidades definidas, mas, de forma geral, a universidade retomada naquele
14 momento. Disse que queria lembrar os coordenadores para que os alunos ficassem informados de
15 tudo sobre as condições de segurança e cuidado, os procedimentos no campus naquele tempo. A
16 Reitoria vinha se preparando razoavelmente bem para tudo aquilo, se fosse aos restaurantes e
17 outros espaços veria que as coisas estavam muito bem cuidadas, com todos os recursos, mas era
18 sempre bom ter aqueles alertas. Sabia que as unidades todas se organizaram para aquilo, que
19 iriam colocar na página da PRPG acessos de filmes, vídeos, informativos que facilitassem para os
20 alunos. Finalizando os informes, disse que tinha duas informações simples do PED e PROAP.
21 Sobre o PED, passou a palavra para o Prof. Elias. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** cumprimentou
22 os presentes e disse que primeiro queria agradecer ao Sr. Fernandy, da DAC, que tirou a palavra
23 não pode das respostas às demandas da PRPG. Disse que começou no dia 03 de março o
24 período de inserção de alunos fora de prazo. Já tinha noventa e três alunos no sistema que foram
25 inseridos, e desses, já tinha autorizado cinquenta projetos porque estavam completos. E, naquela
26 fase, a Bárbara e Marcela fizeram um esforço junto às unidades para recolher as bolsas não
27 utilizadas. Eram bolsas existentes sem alunos em lista de espera, então as consideravam como
28 não utilizadas. Informou que conseguiram recolher trinta bolsas até aquele momento, algumas
29 unidades não responderam. Naquele íterim, recebeu uma demanda da Pró-Reitoria de
30 Graduação uma lista enorme com todas as demandas. Daria para atender, antes da parte de
31 inserção fora de prazo, quase toda a prestação da PRG. Depois também recebeu uma demanda
32 da CGU, um pouco diferente da graduação, onde eles pediam cento e noventa e nove cotas de
33 bolsa. Disse que primeiro, não queria mexer no orçamento, porque todo orçamento de bolsa era
34 feito em função do histórico de 2021, 2020, então, no segundo semestre algumas unidades

1 precisavam de mais bolsas, por exemplo, a Física sempre solicitava mais bolsas no segundo
2 semestre e não poderiam mexer no orçamento porque poderia ser que faltasse dinheiro no
3 segundo semestre. Todas as bolsas recolhidas, fossem PED-B ou PED-C, seriam implementadas
4 em bolsas PED-C, atendendo mais ou menos as demandas da CGU. Disse que tinha acabado de
5 entrar em contato com o Prof. Roberto Donato, que iria mandar nova demanda, porque naquele
6 ínterim, a Pró-Reitoria de Graduação conseguiu cinquenta e sete bolsas de auxílio técnico, que
7 iria atender as unidades mais críticas. O interesse era colocar mais alunos no sistema e zerar o
8 orçamento no primeiro semestre e não devolver nada, assim como no segundo semestre. No ano
9 anterior foi devolvido apenas R\$10 mil. No fim do semestre a Bárbara e Marcela fazem o esforço
10 de entrar em contato com as unidades que ainda têm contas não utilizadas, recolhiam e dava um
11 mês ou dois de bolsa. A ideia era implementar as bolsas que estavam disponíveis até o dia 15 de
12 março, então a DAC iria receber uma lista de inserções fora de prazo, anuais, no caso, mas já
13 iriam mandar em planilha, conforme solicitado, para entrar na folha de pagamento, que fechava no
14 dia 15 de março. A **Sra. Presidente** agradeceu o Prof. Elias e passou a palavra para a Sra. Marli
15 falar sobre o PROAP. A **Sra. Marli Padovani de Souza** disse que o prazo para enviar os
16 processos para a DGA era até o dia 30 de março, então, era um esforço de todos naquela reta
17 final para a utilização do recurso. Ainda tinha um saldo de R\$ 2,2 milhões, que provavelmente
18 iriam devolver por volta de R\$ 2 milhões. A **Sra. Presidente** disse que era realmente uma lástima
19 devolver aquele valor todo para a CAPES, mas, enfim, tentaram fazer aquele gasto, mas não
20 conseguiram. A **Sra. Marli Padovani de Souza** disse que qualquer dúvida estava à disposição. A
21 **Sra. Presidente** agradeceu a Sra. Marli e passou a palavra para o Prof. Elias. O **Prof. Elias**
22 **Basile Tambourgi** disse que esteve na última reunião da Comissão Central de Pesquisa e
23 perguntou se a pós-graduação também poderia participar do edital do FAEPEX em ensino, que
24 falava de atividades de ensino, mas, historicamente a graduação era que entrava nos editais. Não
25 havia nenhum óbice, aparentemente, de os programas de pós-graduação solicitarem auxílio
26 FAEPEX e Ensino. Disse que até o Prof. Romano, deu como exemplo, que de repente queria
27 mudar a sala de tese e colocar um equipamento novo, que ficou surpreso porque nunca tinha
28 pensado naquilo. Era um estímulo aos coordenadores entrarem no FAEPEX e colocarem o edital
29 de ensino, porque a palavra ensino era muito genérica, e a pós-graduação também poderia
30 participar. A **Sra. Presidente** disse que era meio histórico, a pós-graduação nunca pediu porque
31 entendia o ensino como algo voltado para o edital de graduação. Disse que, se fosse o caso, que
32 encaminhassem os projetos. Finalizado o expediente, abriu a palavra para os membros e passou
33 a palavra para a Profa. Cláudia. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli**
34 cumprimentou os presentes e disse que queria trazer um assunto que já abordou com a Profa.

1 Rachel sobre acessibilidade. Disse que tiveram uma questão importante que ocorreu no último
2 edital e que não estava prevista uma condição para poderem fazer uma melhor acessibilidade de
3 uma pessoa, no caso, surda. Olhando no Regimento, sabiam que os programas possuíam
4 autonomia para determinar quais seriam as línguas estrangeiras e perceberam que estavam
5 falhando na acessibilidade. Tinham o CEPRE, então era natural que recebessem alguns alunos
6 surdos. Sabia que na Faculdade de Educação também existia, mas a colocação que queria fazer
7 era que na tentativa, e procuravam ser muito estrito ao que estava proposto no edital, que previa
8 língua estrangeira, porque no Art. 38 no Regimento Geral da Pós-Graduação dizia que o aluno
9 para defender teria de ter a proficiência de uma língua estrangeira e o surdo tinha muita
10 dificuldade na língua estrangeira que não Libras. Disse que a proposta, e conversaram com a
11 candidata, era que fizessem um acolhimento de uma maneira diferente, mas ela não poderia
12 ingressar como aluna regular. A discussão era talvez colocar onde se lê língua estrangeira, uma
13 proficiência em português, e aceitar, porque para o surdo a primeira Língua era Libras, então, o
14 português seria como se fosse a língua estrangeira para ele, assim também estavam aumentando
15 os indígenas na comunidade, e em pouco tempo teriam os indígenas fazendo a pós-graduação,
16 então, achava importante que pudessem incluir. Não poderiam in contra o Regimento da Pós-
17 Graduação e colocar que iria aceitar o português, se não estava escrito que poderia ter o
18 português instrumental, a leitura, como proficiência em língua estrangeira. Disse que conversando
19 com a candidata falou que iria colocar na CCPG, embora achasse muito difícil, que ela pedia que
20 fosse possível se só Libras. No entanto, se o candidato não tivesse a proficiência, a leitura em
21 português, aquilo dificultava muito a convivência para ele e o relacionamento dele com os colegas
22 e professores, mas tinha se comprometido com ela que iria colocar a questão na CCPG. Disse
23 que a aluna comentou que em torno de 10% tinham a proficiência em português, para verem o
24 nível de dificuldade da acessibilidade, mas achava uma discussão importante, porque às vezes só
25 um pequeno parágrafo no regimento para que naqueles casos pudessem aceitar proficiência em
26 português instrumental, que já aumentaria a acessibilidade. Não puderam acolher a aluna naquele
27 edital, mas gostariam de poder acolhê-la num seguinte. Perguntou à Profa. Rachel se teriam como
28 fazer aquela inserção porque envolveria toda uma mudança de regimento ou se poderiam colocar
29 aquilo no edital seguinte. A **Sra. Presidente** disse que entre a semana anterior que conversaram
30 e aquele dia ainda não tinha conseguido falar com a PG, que era a questão de considerar a língua
31 portuguesa uma segunda língua, que era a oficial do país, era aquele o problema, não sabia se
32 seria possível, porque a língua de Libras era considerada a língua oficial, mas a língua oficial do
33 país era o português. Quando pediam no edital que tivesse proficiência em uma língua
34 estrangeira, não pediam o português, que não era considerada uma língua estrangeira, mesmo

1 que estivessem falando da acessibilidade de uma pessoa com deficiência auditiva. Achava que
2 era uma questão jurídica que precisavam resolver. Disse que teve uma longa conversa com a
3 Profa. Cláudia, porque ali tinha implicações muito importantes para a estrutura de um curso,
4 porque se aceitasse, e queriam que houvesse acessibilidade, um aluno que tivesse uma
5 deficiência para entender o português, ele não escreveria bem, não entenderia, porque ele
6 compartilhava a comunidade de Libras, e como faziam com as aulas, com os professores, a
7 estrutura do curso. Perguntou como ele iria se relacionar com o entorno dos seus colegas, dos
8 professores e orientador. Se a universidade iria contratar professores para todas aquelas aulas e
9 cursos. A acessibilidade era fundamental, mas tinha aquelas implicações que já dava para prever.
10 Não estavam prevendo tudo, provavelmente, mas aquelas coisas já eram muito evidentes do
11 funcionamento de um curso, como que faziam aquilo. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna**
12 **Maurer Morelli** respondeu que concordava, que era um problema. Não bastava colocar para
13 dentro da universidade, sempre pensou assim, tinham de manter aquele aluno, fixar e formar bem,
14 então, concordava plenamente. Achava que ficaram bem cientes aquilo, que já começaram a ter
15 uma questão porque a aluna teve dificuldade inclusive de fazer a inscrição como aluna especial.
16 Comentou que disse à aluna que traria a dica dela para discussão de aceitar somente Libras, mas
17 que achava muito difícil porque o Regimento previa uma segunda língua, até para aqueles que
18 não conheciam nada de inglês, eles teriam de ir lá e fazer um inglês instrumental, no mínimo. Mas
19 achava necessário que tivesse o português, minimamente, para um relacionamento mais profícuo
20 com aquele aluno. Comentou que, só para terem uma ideia, fizeram uma reunião com ela no dia
21 anterior e para meia hora de reunião foram necessárias duas intérpretes de Libras, porque a cada
22 vinte minutos elas trocam, então, se imaginasse numa sala de aula, teria de ter pelo menos duas,
23 porque a cada vinte minutos elas teriam de trocar a interpretação. Realmente teriam de pensar,
24 mas achava que era um exercício que iriam ter de fazer. Tinha marcado uma reunião com a
25 comissão do programa que a interessada estava pleiteando a entrada. Não era uma solução fácil,
26 mas achava que era uma discussão que teriam de ter. Respondendo ao Prof. Douglas, disse que
27 a grande questão era que até poderiam colocar no programa, mas ele iria ficar discordante do
28 Regimento. Fizeram uma consulta à PG e eles fizeram duas colocações. Primeiro, que teriam de
29 respeitar o edital, que não poderiam aceitá-la para aquele edital, a menos que começasse tudo
30 novamente. E a outra era que discutissem a acessibilidade, porque existia uma lei de 2002, que
31 foi promulgada em 2005, que dizia que o português, no caso dos surdos, poderia ser como uma
32 equivalência da língua estrangeira e existiam algumas universidades que aceitavam já no seu
33 edital, por aquele motivo trouxeram aquela informação para que comesçassem a pensar, porque,
34 do ponto de vista administrativo, se sentia muito mal de colocar num edital algo que fosse contra

1 ao Regimento. O Regimento era muito claro, no art. 38, dizendo que teria de ser uma língua
2 estrangeira. A **Sra. Presidente** comentou que alterando o edital alguém poderia entrar com
3 recurso. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** concordou. Disse que ganharia a
4 acessibilidade para um, mas ficariam passível de receber processo de outros. Era uma situação
5 delicada que achava que valeria também uma discussão de como era que iriam enfrentar aquilo
6 para dar mais acessibilidade. Concordava com a Profa. Rachel que era desafiador como iriam
7 lidar ao longo do período que aquele aluno estivesse na universidade, de modo que ele
8 aprendesse da mesma forma que outro aluno que não tivesse a mesma deficiência, e aquilo iria
9 ser realmente para todos os docentes uma dificuldade, mas já passaram por aquilo com pessoas
10 cegas, e achava que teriam de ver como iriam lidar. A **Sra. Presidente** respondeu
11 afirmativamente, que aquele caso trouxe uma outra reflexão que tinha a ver com aquele
12 profissional que seria formado. Não era da área, e poderia estar se estendendo com coisas que
13 talvez não fossem tão corretas, mas que ficava imaginando como que um profissional formado
14 pela Fono da Unicamp, que não falava, não era versado no português, iria tratar de uma criança
15 com problemas auditivos que sabia Libras. Como iria falar com a mãe da criança. Iria querer que a
16 mãe daquela criança sempre tenha tido, enfim, fosse versada em Libras, ou com o responsável.
17 Não era só a universidade que deveria se armar, que deveria se estabelecer naquilo, mas o que
18 era aquele profissional que futuramente não iria conseguir dar conta de conversar com o próprio
19 mundo que ele iria querer tratar. Estava ali elucubrando, mas achava que eram coisas para
20 pensar, porque a acessibilidade era uma coisa que fazia muitos anos que não conseguiam dar
21 conta de muita coisa, precisavam dar, mas tinha *n* aspectos da profissionalização da pessoa, do
22 aspecto jurídico, das condições estruturais com as quais ela iria se deparar. A conselheira **Profa.**
23 **Cláudia Vianna Maurer Morelli** disse que sua opinião particular era que minimamente a
24 proficiência em português ele deveria ter, porque senão iria ficar inviável. A **Sra. Presidente**
25 concordou e disse que não funcionaria, porque chegaram até a pensar, que os programas de pós-
26 graduação, por *default*, iriam pedir a segunda língua, em geral, era o inglês. Ele teria de fazer
27 proficiência mesmo que ele não conseguisse passar na seleção, ele teria até *x* meses para fazer
28 outro exame. Como iria fazer com aquele aluno, iria abrir exceção. Se não abrisse exceção, teriam
29 de aprender Libras em inglês. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli** respondeu
30 que era diferente Libras em inglês. Explicou que, a título de informação, tiveram uma outra aluna
31 surda, no passado, em que ela, no ingresso, não apresentou a proficiência em inglês, mas ao
32 longo do seu desenvolvimento da pós-graduação ela fez o inglês instrumental e apresentou a
33 proficiência. Não sabia o quão difícil foi o *background* daquela aluna para ela chegar naquele
34 ponto. Eram nuances que também teriam de levar em consideração. E, levando aquilo que a

1 própria candidata falou que em torno de 10% tinha acesso à proficiência em português, então,
2 sabiam o tamanho da encrência que teriam para que eles pudessem entrar, e não só entrar, mas
3 conseguir se formar e usufruir daquela formação científica que ele iria fazer na universidade.
4 Tiveram um caso em que houve um sucesso da língua estrangeira, mas não sabia se valeria para
5 todos. A **Sra. Presidente** responder que era um exemplo. A conselheira **Profa. Cláudia Vianna**
6 **Maurer Morelli** concordou, e disse que pelo que ela falou, era uma outra realidade, mas não
7 queria se alongar muito. A **Sra. Presidente** disse que naquele caso teria de, de fato, sentar-se
8 com a PG e analisar as possibilidades e ver como resolver. A interessada, em específico, talvez
9 pudessem ingressar mais à frente, mas ela iria precisar ter uma proficiência em português. Pelo
10 menos, para aquele momento, a universidade não tinha como acolher alguém que não
11 conversasse na língua da universidade, aquele era o problema. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker**
12 **Gireli** disse que em relação à fala dos professores em relação ao FAEPEX, o queria comentar era
13 que a estrutura do FAEPEX era por unidades, então, era um projeto por unidade e não por
14 coordenação. Dentre os critérios do FAEPEX estava o impacto e eles o mediam pelo número de
15 alunos que seria impactado e número de disciplinas que iriam ser impactados por aquele projeto.
16 Para a maioria das unidades, a sua era uma delas, o número de disciplinas e alunos da
17 graduação era muito superior ao da pós-graduação, então, ficaria muito difícil dentro da sua
18 unidade, se tivesse qualquer proposta envolvendo a graduação, de decidirem pela proposta da
19 pós-graduação, porque os próprios critérios do FAEPEX já puxavam para um impacto maior.
20 Disse que sobravam dois caminhos, ou dentro da unidade conversariam com a graduação e
21 tentariam buscar projetos que também contemplassem pós-graduação e graduação, somando os
22 esforços, ou teriam de, realmente, avaliar se não era o caso de aquela comissão tentar buscar
23 junto à PRP alguma forma de alterar a estrutura atual do FAEPEX para que pudessem realmente
24 concorrer, porque, pelo menos na sua realidade, qualquer proposta que viesse da pós-graduação,
25 junto, se fosse dentro da unidade, contra qualquer proposta que viesse da graduação, pelos
26 próprios critérios do FAEPEX, a Diretoria iria escolher a da graduação. O Prof. Elias Basile
27 Tambourgi respondeu que fez aquela pergunta para os assessores e não tinha tido resposta até
28 aquele momento, se iriam lançar edital específico para a pós-graduação. Seria o ideal, mas por
29 exemplo, na FEQ, conversou com um coordenador da pós-graduação no dia anterior se existia a
30 possibilidade de mandar um projeto. Era claro, quando chagasse lá, graduação e pós-graduação,
31 que a prioridade era graduação pela numerologia, mas se sobrasse dinheiro, a pós-graduação
32 poderia pegar. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli** agradeceu e disse que era só para
33 colocar aquela questão da concorrência pelo critério, mas em não tendo outros, com certeza, era
34 melhor mandar um do que nenhum. Agradeceu. O **Prof. Paulo Kühn** disse que estava

1 representando o Prof. Pedro, do IA, e que queria voltar à questão da retomada de atividades
2 presenciais porque estavam com algumas disciplinas que ainda não encontraram salas,
3 disciplinas que às vezes usavam o Ciclo Básico, e a DAC respondeu que a prioridade era dada à
4 graduação e ainda tinha disciplinas que estavam com pendências, que estava com problemas de
5 salas, inclusive porque o PAV Artes que era onde funcionava o curso de Artes da Cena, de Dança
6 e Teatro, na graduação, estava em reforma, então, eles já estavam usando outras salas de outras
7 unidades. Disse que tinha uma dúvida, se no primeiro semestre de 2022 ainda teria a
8 possibilidade de não reprovar por frequência ou do conceito *f*, se aquilo foi discutido. Disse que já
9 estava vendo as pessoas balançando a cabeça dizendo que não. Outra questão dizia respeito ao
10 mapeamento dos contatos de alunos com covid ou com suspeita, pelo que entendeu, teria de ser
11 feito pelas secretarias, que já estavam sobrecarregadas. Não sabia se aquela discussão iria
12 continuar de algum jeito ou se iria para a área da saúde ou não. A **Sra. Presidente** respondeu
13 que sobre o último ponto, achava que as unidades estavam instruídas sobre o assunto, se
14 houvesse aquele mapeamento, os professores teriam de ficar atentos e os alunos também.
15 Explicou que não passava muito pelo âmbito da pós-graduação, mas estava passando pelo
16 Comitê Covid, pelas unidades, pelos comitês de apoio locais, enfim, achava que naquele aspecto
17 que ele talvez pudesse ficar mais tranquilo, porque todo mundo sabia o que fazer, até onde
18 imaginavam, não era um problema. Sobre a frequência, só para comentar, no dia anterior, na
19 CEPE, foi discutido, porque a CCG apresentou uma proposta de não registro de frequência
20 naquele primeiro semestre. Aquilo foi muito discutido, muito falado. Quando houve a proposta,
21 para aqueles que consultassem a pauta, estaria redigido, quando a proposta foi feita pela CCG,
22 por um equívoco, durante a pandemia tudo que a graduação decidia era em conjunto com a pós-
23 graduação, então, aquele *default* levou a que o documento da CCG contivesse a pós-graduação
24 junto e que pediu para ser retirado. Primeiro porque aquela discussão nunca apareceu na CCPG,
25 nunca colocaram como um problema registrar a frequência dos alunos para o semestre seguinte.
26 Aliás, vieram discutindo com muita calma, o segundo semestre todo, sobre o que queriam do
27 primeiro semestre de 2022. Seria um semestre de experimentação de, inclusive, algumas formas
28 de ensino que queria adotar lá na frente, existiam aulas que estavam sendo híbridas, as unidades
29 informaram as disciplinas que continuariam sendo remotas, com justificativas, então a pós-
30 graduação veio trazendo as coisas com bastante controle e bastante calma, porque não queriam
31 dar a ideia de que tudo ainda continuava suspenso. Os alunos viriam para ter suas frequências
32 obviamente registradas. Na pós-graduação imaginava que não fosse um problema tão complicado
33 como poderia ser na graduação, dado o volume de alunos e disciplinas. Disse que a discussão na
34 CEPE deixou bem claro que na pós-graduação nunca houve como algo a ser colocado e,

1 portanto, não estavam acompanhando aquela definição da CCG, a própria PRG também não
2 acompanhava. No final da votação, o que venceu foi o registro da frequência para os alunos
3 também de graduação, que aquela foi o panorama do que foi aquela discussão na CEPE.
4 Perguntou qual era o outro assunto que ele tinha falado antes. O **Prof. Paulo Kühl** respondeu que
5 era o problema de salas. A **Sra. Presidente** respondeu que não sabia se poderia ajudá-lo, por
6 conta de que tínhamos a ideia de que aquelas coisas estavam resolvidas, nunca houve uma
7 demanda para a PRPG de que havia problema de sala. Estava imaginando que aquilo estava
8 resolvido, mas não sabia como poderiam ver, que conversariam mais à frente. O **Prof. Paulo**
9 **Kühl** disse que era porque a DAC respondeu que tinha de esperar a demanda da graduação para
10 informar a disponibilidade, mas ainda estava pendurado. A **Sra. Presidente** respondeu que teriam
11 de esperar. O conselheiro **Prof. Ariovaldo José da Silva** cumprimentou os presentes e disse que
12 recebeu uma demanda de um representante discente, voltando ao tema proficiência em língua
13 estrangeira, que alguns alunos, inclusive estrangeiros, estavam se queixando do valor dos testes
14 de proficiência. Na FEAGRI aceitavam o TEAP, TOEFL e o teste de proficiência aplicado pelo
15 CEL. A informação era que eles pagavam R\$ 700,00 na instituição que aplicada o TOEFL e o CEL
16 cobrava R\$ 200,00 para aplicar aquele teste de proficiência, e tinha os alunos que não passavam
17 já na primeira prova. Era um problema interno, reconhecia, mas era que chegou para ele, pelo
18 representante discente que entrou em contato com o CEL e responderam que tinha alguns
19 programas que subsidiavam aquele exame de proficiência. Queria confirmar com os colegas se
20 realmente procedia aquela informação. Estavam verificando se não poderiam usar o recurso
21 PROAP, porque era o único recurso que tinham, para subsidiar pelo menos a primeira prova de
22 proficiência, estabelecer as regras, mas estava ainda consultando, por e-mail, junto à CAPES,
23 lendo o manual. Não sabia se também seria possível um trabalho junto ao CEL para que
24 viabilizasse uma bolsa ou a gratuidade daquela primeira prova para os alunos. Disse que gostaria
25 de confirmar se aquela informação procedia, se tinha programas que subsidiavam o exame de
26 proficiência em língua estrangeira. A **Sra. Presidente** perguntou se algum programa gostaria de
27 responder. A conselheira **Profa. Maria Helena de Melo Lima** cumprimentou os presentes e disse
28 que tinham várias solicitações para ajuda de custo, mas não tinham condições de atender e nem
29 de onde retirar aquele dinheiro para pagamento. Agradeceu. A **Sra. Presidente** passou a palavra
30 para a Profa. Heloísa e informou que a próxima inscrita era a Profa. Bárbara. A conselheira **Profa.**
31 **Heloísa Helena Pimenta Rocha** disse que gostaria de voltar na fala do Prof. Paulo, do IA,
32 relatando que estavam vivendo o mesmo problema com relação às salas. O programa tinha cinco
33 salas de aula e com os ajustes para o distanciamento, as salas de aula comportavam doze
34 pessoas a dezesseis estudantes, no máximo. Solicitaram à graduação e estavam vendo os

1 ajustes de matrícula para ver como se organizarem e receberam uma negativa, a mesma que
2 recebeu da DAC. Tinham o levantamento das matrículas todo mapeado até aquele momento, mas
3 estavam esperando completar a adequação de matrícula, naquela semana, para ter a dimensão
4 real. Não tinham como colocar salas com 39, 53 alunos e tinham aquela realidade. Por aquele
5 motivo, o documento da Educação foi mais genérico, não tiveram ainda como indicar quais
6 disciplinas iriam ficar em cada condição. Agradeceu. A conselheira **Profa. Bárbara Geraldo de**
7 **Castro** respondeu que, no IFCH, alguns PPGs têm flexibilizado a questão do certificado de
8 línguas, no sentido de aceitar, por exemplo, certificado de conclusão de curso de inglês nível
9 intermediário de uma escola de inglês, alguma coisa naquele sentido, porque aquilo facilitava a
10 comprovação da proficiência, então, não necessariamente fazer o exame se os estudantes
11 tiveram aquela condição de comprovar que fizeram algum curso, com algum certificado. Estavam
12 aceitando aquilo e tinha ajudado bastante internamente naquela questão que era bem delicada,
13 que o preço das certificações era altíssimo. Óbvio que valia somente internamente, mas não para
14 concorrer, de repente, aos recursos da CAPES PRINT, mas internamente, ajudava bastante.
15 Disse que iria mudar de tema, que pediu a palavra para trazer uma demanda que tinha aparecido
16 no instituto, que imaginava que talvez fosse uma questão mais geral, e que já tinham discutido na
17 CCPG, que era a questão das bancas por videoconferência. Os coordenadores do IFCH
18 levantaram duas ordens de problema, a primeira que tinha a ver com aquela questão estrutural,
19 que estavam com pouquíssimas salas para realização de defesa de tese e dissertação, muito por
20 conta da redistribuição que fizeram das salas de defesa de tese como salas de aula, por conta do
21 distanciamento, ficando três janelas livres para ocupação durante a semana, o que iria implicar
22 uma busca por auditórios, por outros espaços. Estavam trabalhando em cima daquilo, mas a
23 questão era que levava a uma pressão também pela realização de bancas por videoconferência.
24 Aquele era o cenário, de repente, pela falta de espaço, pela ampla concorrência que iria começar
25 a acontecer por bancas que queriam agendar na mesma semana e não conseguiriam, iriam
26 começar a ter uma dificuldade de logística. A segunda questão era com relação aos membros
27 externos que tinha a ver com aquele debate sobre o financiamento. Achava que também
28 perceberam que tinha uma economia de recursos muito grande de não pagar diárias, de não
29 pagar passagens, e existiam bancas que a composição era de uma maioria de membros externos,
30 então, os coordenadores questionaram e por aquele motivo estava trazendo na CCPG para ampla
31 discussão em que medida poderiam rediscutir aquele art. 40, parágrafo sétimo, sobre a fala da
32 composição da maioria dos membros da comissão examinadora, se não poderiam pensar em
33 autorizar a participação de membros externos por videoconferência, ao invés de a redação ficar a
34 maioria dos membros da comissão examinadora. Era uma sugestão, que não sabia se resolveria

1 o problema, mas, em termos do que tinha acontecido no IFCH, achava que resolveria uma série
2 de questões que iriam enfrentar naquele semestre e no seguinte, com certeza, ainda, por conta
3 dos recursos e por conta do espaço. A **Sra. Presidente** respondeu que postergaram um pouco a
4 própria definição das bancas, durante a pandemia, até porque a questão nem era exatamente
5 financeira, era o controle sanitário. Não iria ficar pedindo comprovação da vacinação do membro
6 da banca, como o faziam, aquilo não era muito claro ainda, e, claro, foram pela maneira mais
7 simples, mas adequada, no seu modo de ver, ainda naquele momento. Não se lembrava se tinha
8 sido na reunião anterior que definiram aquela prorrogação e ficaram, na verdade, de um pouco
9 mais à frente rediscutir o art. 40, porque tinha várias questões que estavam envolvidas, as
10 facilitações para o membro da banca internacional, não era só porque ele estava em Belo
11 Horizonte e não viria para a Unicamp, mas eles poderiam estar em outro país, enfim, eram coisas
12 que vinham chamando a atenção. Não falaram exatamente sobre a questão dos recursos, embora
13 fosse uma economia bastante grande. Por outro lado, sairia perdendo porque não teria alguém
14 aqui pessoalmente para conversar, para socializar com os alunos que estavam assistindo, que
15 poderia fazer uma conferência juntamente com a banca, coisas que sempre fizeram nos
16 momentos normais da vida e pararam de fazer, de trazer um membro para a banca de manhã e
17 ter um seminário à tarde. Concordou que naquele momento estava batendo na porta do
18 financiamento, de fazerem economia, que os recursos não eram tão grandes. Por aquele motivo
19 achou que poderiam levar a discussão, a ideia era interessa, mas implicaria mudança regimental,
20 que quiseram deixar mais para frente porque iria envolver Conselho Universitário, uma série de
21 coisas, mas aquela discussão estava prevista. Achava que poderiam ir tocando um pouquinho as
22 bancas como estavam, a não ser que houvesse uma demanda para que já procurassem
23 flexibilizar ainda mais o que já vieram flexibilizando, mas que a mudança do Regimento ficou no
24 horizonte, um pouco mais para frente para ver como seria a organização da universidade. As
25 coisas ainda não estavam muito certas, então, preferiria deixar, se assim concordassem,
26 evidentemente, senão poderiam já encaminhar uma primeira discussão sobre aquela mudança,
27 mas, quem sabe, esperar o semestre pegar velocidade para decidirem. Passou a palavra para o
28 Prof. Douglas. O conselheiro **Prof. Douglas Fernandes Barbin** disse que iria complementar
29 naquele assunto, que também tiveram aquela preocupação na FEA, mas que colocou para todos
30 que a postura que a PRPG tinha adotado era de sempre reavaliar, que achava que nada iria
31 impedir que caso tivesse aquele tipo de demanda que revissem e permitissem, enfatizando o que
32 já tinha sido colocado que já era dos regulamentos dos programas, que os membros externos
33 poderiam participar de forma remota. Concordava que perdia um pouco aquela questão de a
34 pessoa vir, ter aquela conversa sobre um possível projeto, participar, dar uma aula, alguma coisa,

1 mas era o que conseguia fazer aproveitando os pontos positivos de todo aquele problema da
2 pandemia que foi aquela melhoria de atividades de forma remota. Aproveitando que estava com a
3 palavra, complementou à Profa. Cláudia que não quis, em nenhum momento, dizer para o edital ir
4 contra o Regimento. Explicou que imaginou como solução, talvez dentro do programa, esclarecer,
5 no caso específico de um aluno que tivesse deficiência, naquele caso, ser considerado a Libras e
6 o português como estrangeiro, mas concordava que teriam de avaliar com cautela a questão da
7 judicialização. Para complementar a fala do Prof. Ariovaldo, na FEA, também incentivavam os
8 alunos a apresentar qualquer tipo de comprovante que eles tivessem de proficiência, alguém que
9 já tivesse feito um curso quando era mais jovem, que tivesse algum certificado, estavam aceitando
10 para facilitar para os alunos e montaram uma comissão, naquele momento, que antes pagavam
11 uma ex-docente estrangeira da FEA para fazer o exame, mas montaram uma comissão interna
12 com alguns coordenadores dos outros programas e comissões, e aplicaram uma prova, um
13 exame de proficiência para os alunos, coisa simples, um artigo, um trecho de um artigo que eles
14 tinham de ler e resolver algumas questões formuladas. Disse que talvez fosse uma ideia que
15 pudesse ajudar. Agradeceu. A **Sra. Presidente** respondeu que durante muitos anos faziam as
16 provas de proficiências, mas, de repente, com dez programas, não conseguiram mais dar conta
17 aquilo, porque, não era tão fácil ficar arrumando dez textos diferentes e fazer o exame. E ainda
18 sobre o assunto, achava que uma conversa com o CEL talvez facilitasse, em alguma medida,
19 aquele processo e poderia surtir algum efeito. O conselheiro Prof. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira
20 cumprimentou os presentes e disse que também queria falar sobre proficiência. Assim como no
21 IFCH, no IMECC, sempre fizeram a proficiência local, que eram só três programas acadêmicos,
22 um pouco mais fácil, e tinha quarenta anos que o faziam. Aceitavam outras opções, claro, mas o
23 principal que os alunos faziam era a prova local. Faziam duas provas por ano e, se fosse preciso,
24 faziam uma prova adicional para alguém que estivesse precisando da proficiência só para marcar
25 a defesa, porque, no caso, a proficiência não era necessária na entrada, era durante o processo.
26 A solução local dava um pouco de trabalho, mas acabava que economizavam depois no futuro.
27 Aceitavam certificados de TOEFL ou o próprio do CEL. A sua sugestão era ignorar completamente
28 a validade que vinha no certificado, se a pessoa teve proficiência, ela não iria ter esquecido, não
29 durante a pós-graduação. Comentar sobre a língua estrangeira, talvez a expressão estrangeira
30 fosse a dificuldade, em se pensando de mudar o regulamento no futuro. Sugeriu falar de segunda
31 língua, não a língua principal do aluno, não do país. Poderiam pensar num aluno indígena que iria
32 alegar que estrangeiro para ele era o português e não a língua nativa dele. No seu caso, foi quase
33 o contrário, a segunda língua foi o português, que fez o doutorado fora e conseguiu brigar um
34 pouquinho e convencer que poderia fazer proficiência em português, foi a sua língua estrangeira.

1 Por aquele motivo que falava o termo, que talvez não fosse o correto. Libras era um pouquinho
2 mais complicado, que não iria se atrever a falar muito, mas se fossem mudar o regulamento,
3 talvez retirar a palavra estrangeira e substituí por alguma outra que contemplasse casos como
4 aquele, onde o português passasse a valer naturalmente. A **Sra. Presidente** respondeu desde
5 que contemplasse casos como aquele por conta de que aquilo não poderia ser generalizável,
6 mas, naquele caso da Libras, parecia que era muito pertinente que fosse naquela direção. O
7 conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões** cumprimentou os presentes e disse que tinha uma
8 pergunta bastante específica, para o Prof. Elias, sobre as bolsas PED. Seguiram a orientação de
9 fazer uma lista generosa de espera, mas o número de desistência superou aquela lista. Naquele
10 momento, quando o Prof. Elias disse que recolheu já as bolsas não utilizadas dava uma espécie
11 de inquietação no coração sabendo que elas seriam implementadas, na sequência, como bolsas
12 PED-C. A pergunta era se haveria um novo calendário. Como estava sendo pensado aquilo, uma
13 vez que até o dia 15 de março já seriam adicionados os bolsistas previstos. No caso da FCA,
14 como poderiam se organizar, uma vez que a lista de espera já foi esgotada. O **Prof. Elias Basile**
15 **Tambourgi** respondeu que o planejamento era que, a partir do momento que soubessem o
16 número de bolsas recolhidas, se a unidades respondesse que não queria a bolsa ela seria
17 recolhida, que a Sra. Bárbara entrou em contato com todas as unidades, por e-mail e telefone,
18 iriam enviar para a DAC uma relação de inserções manuais de aluno, com os dados fornecidos
19 pela unidade, numa planilha de Excel. O conselheiro **Prof. Mauro Cardoso Simões** agradeceu. A
20 **Sra. Presidente** disse que o Prof. Mauro comentou algo que já tinha discutido na PRPG e que
21 ainda precisavam analisar que era porque tinha tido tantas desistências. Ainda não sabiam
22 explicar, que a orientação foi que houvesse uma lista de espera por conta de que haveria não
23 apenas mais bolsas, mas sempre imaginando que havia algumas desistências, mas, de repente, as
24 desistências das bolsas PED eram muitas. Certamente queria entender o que aconteceu com os
25 alunos. Perguntou se alguém tinha alguma noção ou percepção daquelas coisas. O **Prof. Elias**
26 **Basile Tambourgi** disse que, historicamente, concediam em torno de oitocentas bolsas no
27 primeiro semestre, e estavam com mil cento e trinta bolsas. Estava esperando a CGU enviar a
28 relação dos casos mais críticos que não foram resolvidos pelas bolsas de apoio técnico, então, a
29 partir daquele momento iria agir. A **Sra. Presidente** comentou que fizeram um investimento
30 importante de volume de recursos pensando na retomada e nas dificuldades que a graduação
31 teria para ter turmas variadas, gêmeas, enfim, e, historicamente, passaram de oitocentas para mil
32 e cem bolsas e as desistências eram maiores do que imaginavam. Não queriam ficar com bolsas
33 paradas, evidentemente, iria achar um jeito de alocá-las, mas era um fenômeno para se explicar,
34 por que os alunos se inscreviam no PED, eram selecionados e desistiam. O conselheiro **Prof.**

1 **Orlando Luis Goulart Peres** disse que queria falar primeiro da questão colocada pela Profa.
2 Bárbara, das bancas. Achou interessante aquela questão de poder ter bancas on-line, porque
3 conseguiu ter acesso a um conjunto de especialistas que conseguiam, por exemplo, três pessoas
4 da Europa, e foi muito interessante, inclusive para o aluno ser testado, e achava que seria um
5 ponto válido realmente para tentar colocar de forma definitiva, porque achava que aumentava o
6 leque de pessoas que o aluno poderia ser testado, até conhecer outros pesquisadores. Não
7 poderia pagar três pessoas para vir da Europa para a universidade, era óbvio que não conseguia,
8 mas com aquele alcance de leque, conseguia ter aquele ponto. Sobre a questão da prova de
9 inglês, a Física fazia, por muitos anos, uma prova duas vezes por ano, e aceitava outras provas
10 como TOEFL. Cursos de línguas não aceitavam, até aquele momento, nunca pensaram sobre,
11 mas aplicavam a prova e corrigiam, com as suas limitações. Sobre o PED, disse que uma coisa
12 que ajudava bastante a questão do PED não ter desistência era que conversaram muito com a
13 Associação de Pós-Graduando da Física. Disse que tinham reuniões antes das inscrições,
14 perguntando como estavam as coisas, e aquela interação com a Associação de Pós-Graduandos
15 foi muito boa, porque o número de candidatos aumentou. Era uma coisa muito boa, porque os
16 alunos sabiam o que era, tiraram algumas dúvidas. Comentou que até compraram alguns tablets
17 por causa que estava on-line. Enfatizou que achou muito interessante conversar com a respectiva
18 associação de pós-graduandos, porque eles iriam dar muito apoio para justamente aquelas
19 pessoas não abandonarem. Foi uma boa experiência que tiveram. A **Sra. Presidente** perguntou
20 se quando falavam de banca on-line se estavam incluindo naquilo o aluno e orientador, porque
21 não via um grande problema que no futuro decidissem discutir no regimento que as bancas
22 poderiam ser on-line para todos os participantes, à exceção do defensor, do réu, do aluno e do
23 seu orientador. Disse que poderia ser uma saída. O programa que tivesse recurso e quisesse
24 aproveitar alguém que iria ficar na universidade mais dois dias, além da banca, claro, fizesse
25 presencial, mas, enfim, quando não houvesse outra solução achava que aquele poderia ser um
26 caminho. O **Prof. Elias Basile Tambourgi** disse que quando foi assessora na gestão anterior da
27 Profa. Rachel, o sistema do PED era na Pró-Reitoria, e depois migrou para o SIGA. Disse que iria
28 conversar com o Sr. Fernandy e chamar a comissão do PED, que o sistema estava muito travado
29 ainda, ele teria de ser menos burocrático e mais automático, então, iriam tentar pensar num
30 sistema muito mais simples para resolver os problemas do BEPE, senão ficava muito vai e volta, e
31 aquilo era muito desgastante. E mil, cento e trinta projetos era a comissão do PED que analisava
32 que ficou igualzinha, então o trabalho dos analisadores foi muito complicado, e assumiu uns
33 quatrocentos projetos. A conselheira **Profa. Orna Messer Levin** cumprimentou os presentes e
34 disse que queria compartilhar uma preocupação relativa à questão das bolsas que tinham para a

1 pós-graduação, naquele momento, para atribuição em 2022, tinha relação com aquele item
2 anterior da CAPES, avaliação e o documento que chegou ontem sobre as bolsas de verba
3 PROEX. Disse que no seu instituto tinham quatro programas e que recebeu no dia anterior
4 informação sobre dois deles que eram bolsas PROEX e a preocupação era o efeito cascata que
5 estava sendo produzido, a partir da extensão dos prazos de titulação dos alunos que estavam em
6 curso, em 2020 e 2021. Tanto no mestrado quanto no doutorado, tinha uma boa quantidade de
7 bolsas, mas a maior parte delas já atribuídas e para atribuir naquele momento, no início de 2022,
8 que tinham pouquíssimas bolsas. O que estava criando uma impossibilidade de acolher alunos
9 ingressantes de outros estados, e estavam começando a se manifestar já, porque divulgaram no
10 dia anterior uma mensagem informando o número de bolsas que tinham, e como tinham cotas,
11 faziam uma alternância entre cotistas e não cotistas, sucessivamente, principalmente os de
12 doutorado, já começaram a dizer que não tinham condições de vir para a Unicamp, porque eles
13 tinham de se mudar e começar as aulas já na semana seguinte, sem a perspectiva de bolsas, pelo
14 menos no primeiro semestre, eles não tinham como fazer aquela mudança. Queria saber se
15 aquela era uma questão que chegou a ser pensada pela Unicamp como um todo, pela pós-
16 graduação quando houve a extensão dos prazos, que achava que não estava ainda muito claro,
17 no sentido de, primeiro, resolver um problema para aqueles que estavam em fase de conclusão e
18 que não poderia retirar as bolsas deles porque já estavam com dificuldades de cumprir com os
19 prazos, já estavam no período de extensão, se retirassem as bolsas talvez estivessem cometendo
20 um erro contra o programa. Não tinham outras fontes de financiamento para aquela fase de
21 redação e conclusão daqueles que já se qualificaram, passaram por exames e precisavam
22 defender. Tiveram problemas de toda ordem, de saúde física e mental. Estavam numa
23 encruzilhada, o que fazer com os ingressantes e o que fazer com os concluintes. Queria
24 compartilhar aquela preocupação e saber se existia a possibilidade de pensarem em conjunto em
25 acionar o SAE para aquela modalidade de concluintes, do tipo da bolsa BAEF que eles tinham
26 para concluintes de graduação, de haveria a possibilidade de ter também bolsa para concluintes
27 de pós-graduação. Poderiam pensar alguma coisa que atendesse à pós-graduação junto a uma
28 modalidade de auxílio que não fosse das agências, porque achava que não iriam ter bolsas para
29 atribuir. As bolsas empréstimos que tinham, só para concluir, foram zeradas naquele ano e ainda
30 tinham no sistema, mas pelo regulamento do programa não poderiam solicitar a permanência dos
31 alunos que já cumpriram o prazo de vinte e quatro ou de quarenta e oito meses, no entanto, as
32 bolsas seriam perdidas se não estendessem os prazos deles e, como a Pró-Reitoria estendeu o
33 prazo de titulação, poderiam estender o prazo para eles, mas iria contra o regulamento, então
34 estava numa encruzilhada. A **Sra. Presidente** respondeu que quando os prazos foram estendidos

1 eles não foram feitos numa equação em que se pensava na extensão das bolsas, porque não era
2 o caso, primeiro, porque as bolsas eram das agências, do CNPq e da CAPES, estenderam por
3 alguns meses por conta da crise mais aguda da pandemia, mas a Unicamp já estava lá, em 2020,
4 já fez uma primeira extensão, depois foi repetida em 2021, enfim, foi indo até conseguirem dar
5 conta de viabilizar, da melhor maneira, o prazo de trabalho, o prazo dos alunos de acordo com o
6 seu trabalho. Para alguns alunos aquilo foi muito bom, porque, na verdade, eles não tinham como
7 ter acesso à infraestrutura da universidade, que era fundamental para suas teses, para outros
8 aquelas extensões foram todas socializadas e foi bom porque aquilo, de alguma medida, aliviou a
9 questão da pressão mental e da pressão que aqueles alunos tiveram. Em termos objetivos, não
10 tinham como imediatamente solicitar para o SAE aquela bolsa de auxílio finalização. Por conta de
11 serem bolsas, que eram questões orçamentárias, teria de ter sido prevista no ano anterior.
12 Explicou que quando pensaram na retomada, se detiveram à ampliação de possibilidades de
13 bolsas pensando no PED, além do que teria a coisa do estágio docente, enfim, que era
14 importante. Aquilo não foi aventado, nunca emergiu aquela questão dos concluintes, mesmo
15 porque imaginavam que teriam, ao longo do tempo, uma outra solução. Poderiam pensar juntos
16 em alguma outra saída, mas confessava que não seria fácil, porque, ela estava dizendo que o
17 regimento também impedia a concessão de bolsas para alunos em uma determinada fase.
18 Concordou que ela estava numa encruzilhada e que poderiam ver uma saída, com calma. Não
19 sabia se mais programas estavam tendo problemas parecidos, mas, enfim, com relação às bolsas,
20 o Prof. Orlando tinha encaminhado uma mensagem para a Pró-Reitoria e iriam pedir a revisão da
21 concessão feita para a Física, porque tinha uma perda muito substancial. Não sabia se havia
22 outros programas na mesma situação, mas iriam pedir a revisão. Não sabiam que reação iria ter,
23 mas, enfim, achava que tinham de fazê-lo. Disse à Profa. Orna que não sabia se era o caso de
24 fazer aquela solicitação e pedir uma revisão da concessão, mas achava que caberia tudo ali. O
25 conselheiro **Prof. Orlando Luis Goulart Peres** comentou que conversou com os outros
26 coordenadores da Física das outras universidades, da USP, e aconteceu o mesmo corte de 10%,
27 então, não foi somente na Unicamp. A **Sra. Presidente** respondeu que não era somente na
28 Unicamp, achava que foi um corte padrão que eles fizeram para determinadas áreas e cursos.
29 Achava que não haveria uma revisão, mas teriam de pedir. O conselheiro **Prof. Marko Synésio**
30 **Alves Monteiro** disse que sobre a concessão, o seu programa perdeu umas sete bolsas, ao longo
31 daquele período, e aí veio a concessão. Mandou e-mail para a PRPG, para o PROEX, pedindo
32 revisão, mas não sabia se era melhor a Pró-Reitoria mandar tudo. A **Sra. Presidente** respondeu
33 que poderia mandar, mas que ele já tinha enviado. O conselheiro **Prof. Marko Synésio Alves**
34 **Monteiro** disse que a pergunta era como proceder, que enviou um e-mail pedindo revisão por

1 conta do mínimo do mestrado, porque lá dizia que mestrado nota seis tinha o mínimo de quatorze,
2 e não alcançaram aquele mínimo. A **Sra. Presidente** disse que enviava novamente, que ele já
3 tinha enviado e-mail para a PRPG, reforçaria. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani** disse que
4 recentemente receberam uma demanda do Ministério Público, sobre um problema de um aluno do
5 IMECC, se não lhe falhava a memória, que desencadeou um questionamento ou pedido de
6 esclarecimento para todos os programas, com relação às regras de ingressos nos programas.
7 Primeiro, lhe espantou o Ministério Público ter acolhido um negócio daquele, porque eles estavam
8 querendo entrar em searas que eles não conheciam nada. Uma coisa que queria compartilhar e
9 queria saber se estava certo em seu pensamento era que, pelo que leu do documento do
10 Ministério Público, eles estavam considerando o ingresso na pós-graduação um concurso público
11 e, ao seu ponto de vista e de alguns colegas, que faziam um processo seletivo e em nenhum
12 momento e documento aparecia o termo concurso público, muito pelo contrário, todo mundo era
13 muito cuidados em dizer processo seletivo. Disse que andou lendo algumas coisas, não era jurista
14 e nem letrado naquilo, mas pelo que pode perceber um concurso público era caracterizado por
15 critérios objetivos, quantitativos e prezava-se pela impessoalidade, coisas que não poderiam ser
16 usadas como critérios para ingresso numa pós-graduação. Muitos programas, inclusive o seu, o
17 critério mais importante era justamente a entrevista, em que conheciam o perfil do candidato para
18 saber se ele iria se dar bem, se encaixaria no seu programa ou projeto. Disse que queria saber se
19 estava errado naquele pensamento ou se não. Se teriam de ter, realmente, critérios bastante
20 impessoais, objetivos e quantitativos para pegar alguns que, de repente, depois iria dar um tiro no
21 pé. A **Sra. Presidente** eram duas coisas importantes. O Ministério Público fazia aquelas
22 investidas na universidade fazia tempo. A instrução normativa que tinham na página da pós-
23 graduação sobre como fazer edital era fruto de um daqueles questionamentos que o Ministério
24 Público fez anos atrás sobre casos de alunos que questionaram seu ingresso num curso e como
25 resposta a demanda era que a universidade tinha de ter um edital único. Explicaram para o
26 Ministério Público que aquilo não fazia o menor sentido, não daria para ter um edital único para
27 todos os cursos porque eles eram absolutamente distintos e o Ministério Público acatou a
28 definição da normativa para cada um dos programas, então, aquela normativa dos editais era para
29 ser seguida. Disse que veio um novo questionamento, que responderam, mas que, de fato, eles
30 queriam também que todo mundo se envolvesse, falando do critério da impessoalidade, até
31 usarem aqueles critérios para as coisas públicas. Se fosse numa banca, a composição de uma
32 banca teria de levar em conta aqueles fatores, não poderia colocar pai, filho, tio na banca do
33 aluno, por exemplo. A impessoalidade, claro que fez uma caricatura, mas ela passava por aquelas
34 questões. A seleção de alunos para ingresso de aluno na pós-graduação não era um concurso

1 público, com toda certeza. Concursos públicos levavam em conta que estava adquirindo um lugar
2 na estrutura pública, como um cargo, por exemplo, e não era o caso de uma seleção de pós-
3 graduação. O Ministério Público também teria de entender aquilo, que não estava colocando em
4 jogo alguém que iria ocupar estrutura pública. Era simplesmente um aluno de pós-graduação e
5 tudo aquilo levava tempo para explicar e levava horas para escrever, mas que o fizeram, que
6 estava com a PG, que já tiveram uma resposta e se reuniram para fazer ponderações, mas, de
7 toda maneira, as seleções de pós-graduação teriam de atender àquela instrução normativa, os
8 editais teriam de atender àquilo e a seleção de pós-graduação poderia ser sim impessoal, no
9 sentido de que só uma entrevista era um problema, sabiam daquilo, precisava ter outras
10 condições objetivas de avaliação do aluno, porque a entrevista, unicamente, poderia certamente
11 levar a um recurso de alguém que dissesse que era tudo pessoal, ele era amigo dele há muito
12 tempo ou foi beneficiado porque era mais simpático, e poderia ir por todas as direções. Quanto
13 mais impessoal e mais objetivo fosse, melhor. O que não significava chegar na situação que o
14 Prof. Enelton comentou, de colocar um aluno para dentro que poderia ser um tiro no pé. Não se
15 tratava de fazer tudo às escuras, mas, quanto mais objetivo, melhor. Os programas, em geral,
16 tinham várias etapas, ou, pelo menos, algumas etapas: a prova, o projeto avaliado, a relação com
17 o próprio programa com o tema que estava sendo tratado e finalizava com uma entrevista, porque
18 aquele era, na verdade, classificatório para avaliar os alunos. A autonomia dos programas e da
19 Universidade precisavam ser preservadas, e aquela era a briga que vinham com o Ministério
20 Público que, por algum motivo, sempre gostou de tratar das coisas na Unicamp. Sempre reagiam
21 e tinham tido sucesso, com eles aceitando tudo, mas levava aquele tempo e aquela discussão
22 toda. A conselheira **Sra. Elayne Rohem Peçanha** cumprimentou os presentes e disse que
23 gostaria de fazer uma ponderação, que estavam vivendo numas condições delicadas ambientais
24 de laboratórios e os alunos lhe repassaram algumas questões. Em Campinas o verão era muito
25 quente e por conta das condições de segurança contra o Covid mantinham as janelas e portas
26 dos laboratórios abertas, diferente da CCPG, lá tinham janelas não basculantes e os ares-
27 condicionados ficavam ligados no trinta por conta de não conseguirem dar vazão e, inclusive,
28 tinham dois ares-condicionados queimados por conta de tentar manter uma temperatura mais
29 agradável no laboratório. Os alunos passavam mal por conta da temperatura alta no laboratório e
30 não conseguiam ficar à tarde, principalmente, que era quando a temperatura estava maior, e o
31 E.P.I era calça jeans, tênis, jaleco de manda comprida. Estavam convivendo com uma
32 temperatura muito insalubre e, além daquilo, gerava um constrangimento para os alunos de os
33 professores estarem nas suas salas, que eram salas individuais, com ar-condicionado numa
34 temperatura agradável e eles naquela situação. Pensou numa posição, que não sabia se tinha

1 sido levantada ou não no Comitê de Covid, de tentar trazer purificadores de ar para os
2 laboratórios para tentarem manter as salas fechadas com ar-condicionado ligado. Queria saber se
3 aquilo poderia ser uma solução para aquele problema ou se lhe dariam uma outra sugestão para
4 poder repassar aquela informação para os alunos. Agradeceu. A **Sra. Presidente** respondeu que
5 em primeiro lugar era ótimo a fala que o verão em Campinas era quente, porque tinha toda razão,
6 e era impossível ficar trabalhando no laboratório fechado com alguma salubridade. Sobre a
7 possível solução, disse que não sabia se ficava surpresa ou não, porque achava que a questão
8 dos purificadores de ar foi tratada pelo Comitê Covid para ter nas instalações que precisavam ter
9 as suas portas fechadas ou mesmo que a janela ficasse aberta, elas estavam levando aquilo em
10 conta, e que talvez fosse uma demanda na própria unidade, de demandarem o purificador de ar
11 na sala para poder ficar fechada, porque não era fácil resistir ao verão daquele ano em Campinas.
12 Disse que compartilhava do desespero e achava que a solução era demandarem ao comitê local
13 que fosse providenciado purificador de ar para os laboratórios que precisavam ficar com as suas
14 salas fechadas. Achava que era perfeitamente factível e que alguns lugares já faziam aquilo, até
15 onde se informou. Achava que o Instituto de Química teria que o fazer, não sabia como poderia
16 ajudar de outra maneira, mas achava que encaminhar aquela solicitação para o comitê local era
17 fundamental. A conselheira **Sra. Elayne Rohem Peçanha** perguntou à Profa. Rachel se estava
18 falando da APG ou do Comitê Covid. A **Sra. Presidente** respondeu que do Comitê Covid. A
19 conselheira **Sra. Elayne Rohem Peçanha** agradeceu. A conselheira **Profa. Orna Messer Levin**
20 disse que era uma questão relativa a aqueles itens de combate à pandemia, que fizeram uma
21 consulta à CAPES, no ano anterior, para uso de verba PROAP e PROEX relacionado aos
22 equipamentos de proteção e eles autorizaram, então, se fosse o caso, com aquela PROAP toda
23 que sobrou da Unicamp poderia fazer uma aquisição de equipamentos. A **Sra. Presidente**
24 comentou que vários programas tinham os PROAPs e poderiam ver aquilo. A conselheira **Profa.**
25 **Orna Messer Levin** concordou e disse que achava que aquilo dava para fazer de imediato. A Sra.
26 Presidente respondeu que a verba não era da Unicamp, mas sim dos programas e estava locada
27 nos programas, e a solicitação teria de ser feita pelos programas, não podendo a Pró-Reitoria
28 fazer uma coisa única. E aquilo teria um prazo. Que talvez fosse o caso do Prof. Nelson, da
29 Química, que não estava presente para fazerem aquela demanda, mas, enfim, que valeria para
30 todos os alerta. Era possível comprar pelo PROAP equipamentos que diziam respeito ao combate
31 ao Covid, então, os purificadores de ar eram coisas simples e daria para fazer. Perguntou à Sra.
32 Marli se era possível pelo tempo previsto. A **Sra. Marli Padovani de Souza** respondeu que o
33 Instituto de Química não tinha PROAP, que tinham recurso PROEX, que então cabia uma
34 consulta junto ao PROEX e obter aquela autorização e fazer o gasto. A **Sra. Cristina Ferreira de**

1 **Souza** disse que se fosse equipamento que tivesse E.P.I não poderia pelo PROEX também,
2 assim como não podia pelo PROAP. Só se fosse consumo. A **Sra. Marli Padovan de Souza**
3 concordou e disse que teriam de consultar a CAPES. A **Sra. Presidente** comentou que valeria
4 uma consulta e aquele alerta. Tudo o que era possível para o combate ao Covid estava sendo
5 possibilitado. O conselheiro **Prof. Orlando Luiz Goulart Peres** disse que solicitou para a CAPES
6 e eles autorizaram comprar máscaras, que estava incluso. A **Sra. Presidente** respondeu que era
7 importante aquela compra de máscaras. Enfim, que quanto menos recursos devolvessem para a
8 CAPES, seria melhor. Era um mal-estar saber que estavam devolvendo aqueles recursos todo
9 para a instituição. Perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar. Não havendo, avisou que
10 a partir da reunião seguinte da CCPG, as reuniões presenciais ocorreriam no Auditório Raízes,
11 que era da Diretoria de Direitos Humanos, que funcionava no Ciclo Básico I. Se fosse o caso de
12 alterar, seria informado no e-mail de convocação da reunião. Agradeceu e encerrou a reunião.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **395^a**
Reunião Ordinária da CCPG, realizada em 8 de
junho de 2022.